

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

O CRONISTA POLÍTICO AFONSO
HENRIQUE DE LIMA BARRETO

por

CRISTINA NUNES DE SANT'ANNA

Niterói 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**O CRONISTA POLÍTICO AFONSO
HENRIQUE DE LIMA BARRETO**

por

CRISTINA NUNES DE SANT'ANNA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal Fluminense -
UFF, como requisito parcial para a obtenção do Grau de
Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Celina Soares D'Araujo – Orientadora (UFF)

Prof.^a Dra Lucia Lippi Oliveira - Co-orientadora (FGV)

Prof.^a Dr.^a Ângela de Castro Gomes (UFF)

Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo (UFF)

Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra (suplente) (UFF)

Dedico este trabalho à minha orientadora muito querida, Maria Celina, que aceitou se lançar comigo nesta empreitada barretiana e que nunca desistiu de confiar em mim. Mesmo quando eu desisti. É graças a ela que cheguei até aqui.

Agradecimentos:

Agradeço imensamente ao professor Eurico de Lima Figueiredo que incentivou minha escolha barretiana e não me deixou ir embora.

Agradeço a Lucia Lippi o carinho com que me acolheu e a sua generosidade em aceitar a missão de ser minha co-orientadora.

Agradeço, igualmente, à professora Ângela de Castro Gomes, que, mesmo com problemas de saúde em sua família, concordou em fazer parte de minha banca de qualificação de projeto e estar, de novo, comigo, nesta banca.

Aliás, durante este exame de qualificação, a professora Ângela Gomes e minha co-orientadora Lucia traçaram um “mapa” para mim. Mapa tão genial, que me guiou durante todo o tempo de minha jornada pelo universo de Afonso Henrique de Lima Barreto.

Agradeço ao professor Carlos Henrique Serra, por ter aceitado participar e conhecer estes meus escritos sobre Lima Barreto, aceitando, gentilmente, a suplência dessa banca.

Resumo

Este trabalho trata da relação entre crônica, literatura e política na obra do jornalista e escritor Afonso Henrique de Lima Barreto, no período da Primeira República e de como este regime influenciou na biografia do autor, refletindo-se na sua produção jornalística e literária. Tendo como base as crônicas de conteúdo político publicadas por Lima Barreto na imprensa da época, serão analisados os usos da crônica e da literatura, como formas de militância, participação e engajamento político, pois a literatura, para o autor em estudo, era o meio e o modo de transformação social. O trabalho se estrutura em três partes: a primeira aborda o período republicano, atrelado à biografia de Lima Barreto; o segundo capítulo trata da literatura militante como opção do escritor e o terceiro, do gênero jornalístico-literário crônica, enfocando-se, principalmente as crônicas sobre a política nacional republicana que redigiu.

Palavras-chave: Primeira República, política, crônica, literatura, jornalismo e Lima Barreto.

Abstract

This work refers to the relation among novels, literature and politics in the work of Afonso Henrique de Lima Barreto, a journalist and writer, during the First Republic and to how this regime influenced the author's biography and was reflected in his journalistic and literary production. Based on the political content of the novels published by Lima Barreto in the press of this period, the uses of political novels and literature will be analyzed, as a way of militancy and political participation and engagement, since literature for this author was the means and the way of achieving social transformation. The work comprises three parts: the first one refers to the Republican period linked to the biography of Lima Barreto; the second one refers to militant literature as the writer's option; and the third one refers to the journalistic-literary category of political novels, focusing mainly on the political novels he wrote about the national republican politics.

Key-words: First Republic, politics, political novels, literature and journalism e Lima Barreto.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
Capítulo 1 - A família Lima Barreto, da Monarquia à República.....	12
Capítulo 2 – Literatura e política.....	49
Capítulo 3 – Crônica e política.....	79
Conclusão.....	118
Referências.....	125

Introdução

Esta dissertação de mestrado trata de parte das crônicas – gênero literário e também jornalístico e por isso híbrido, visto se inserir, ao mesmo tempo, em ambas as áreas – redigidas por Afonso Henrique de Lima Barreto, mais especificamente suas crônicas sobre política nacional e políticos, durante a Primeira República. Trata da forma como o autor empregou a literatura como meio de análise política, de combate à política de varejo e de saída para as aflições humanas. Trata da superposição que há entre a literatura, que Lima Barreto considerava como missão e solução para todos os males, pela fonte da crônica, a política republicana e no que esta política, ou melhor, este regime político provocou na biografia do autor. Há uma superposição de camadas tão finas e aderentes umas às outras que os temas literatura (pela fonte da crônica), política republicana (pela fonte da crônica, igualmente) e Lima Barreto se explicariam apenas se analisados juntos. Literatura-crônica e política no limiar da Primeira República, sob a ótica de Lima Barreto, homem que viveu nas múltiplas funções de jornalista, intelectual, cronista, literato e funcionário público.

"Para Lima Barreto, movendo-se da zona norte ao centro no trem dos subúrbios, e do centro ao Leme nos bonds, ou ainda até o Leblon, completando a pé o caminho necessário, os meios de transporte público eram contingência da vida moderna que mereciam ser incorporados aos seus relatos pela contemplação próxima, quase íntima do desconhecido que proporcionavam. É

*assim que o desconhecido se faz matéria da própria crônica que a ele se dirige*¹".

Jornalista, escritor, alcoólatra, humilhado em muitas ocasiões, por ser negro, tendo acessos de loucura até o fim da vida breve – morreu aos 41 anos – Lima Barreto nos legou vasta obra. Além de suas crônicas, há romances e ensaios, artigos, contos, reportagens, material reunido em 17 volumes, editado e publicado pela Brasiliense, em 1952, sob a coordenação do principal biógrafo do autor, o historiador e jornalista Francisco de Assis Barbosa. Nas crônicas, contos, artigos, romances que fez, Lima Barreto posicionou-se na contramão do ideário da maioria da intelectualidade da época, partidária de um projeto de modernidade, de um projeto de nação baseado na ordem, no progresso e na supremacia da ciência.

Lima Barreto considerava que a cultura, a idéia de nação propriamente dita, encontrava-se no povo da cidade do Rio de Janeiro, cidade que prezava e foi protagonista de muitos de seus escritos. No relato de suas crônicas, no enredo de seus romances, o autor expõe as mazelas do povo, da cidade, da política e dos políticos, atores que montam o enredo de sua obra. Afonso Henrique de Lima Barreto acreditava que o papel do escritor era o de tratar do povo e dos acontecimentos da cidade, por intermédio da literatura:

"Em que pode a literatura, ou Arte contribuir para a felicidade de um povo, de uma nação (...) O debate a este respeito não está encerrado, e nunca ficará encerrado enquanto

¹ Resende, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. RJ, 1993, p. 122.

*não concordarem os sábios e as autoridades no assunto que o fenômeno artístico é um fenômeno social*²".

No levantamento que fizemos para este estudo, observamos que Lima Barreto publicou 440 crônicas no decorrer de sua vida, em 27 jornais e revistas do Rio. Para este levantamento, utilizamos a obra *Lima Barreto - Toda crônica*, que reúne, em dois volumes, as crônicas do autor publicadas na imprensa. A publicação foi organizada pela professora de Literatura Beatriz Resende e a historiadora Rachel Valença e saiu sob o selo da Agir, em 2004.

Lima Barreto trabalhou na imprensa alternativa e na imprensa diária. Nesta pesquisa, então, utilizaremos prioritariamente as crônicas classificadas como de política nacional, sobretudo as escritas entre 1919 e 1922, por ser a fase em que Lima Barreto mais escreveu crônicas. É evidente que não será possível apresentar todas. A opção metodológica foi quantificar as crônicas neste período, redigidas sobre aquele tema. Neste levantamento, observou-se que é sobre o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) que Lima Barreto escreve muitas de suas crônicas. Ao mesmo tempo, neste recorte, avaliamos que algumas destas crônicas, é óbvio, são muito ricas para análise e outras, nem tanto. Não que sua qualidade seja inferior, mas o seu conteúdo, por vezes, é menos denso.

Utilizamos-nos das crônicas de Lima Barreto advindas em duas fontes. A fonte principal, como dito, está nos volumes I e II de *Lima Barreto - toda crônica*, de autoria da professora Beatriz Resende e da historiadora Rachel Valença, publicados pela editora Agir, em 2004. Nas obras estão contidas as

² Barreto, Lima. *Impressões de Leitura*. SP, 1956, p. 55.

crônicas de Lima Barreto, organizadas em ordem cronológica de sua publicação original na imprensa da época. O primeiro volume abrange de 1890 a agosto de 1919. O segundo vai até 1922, ano da morte do escritor, em 1º de novembro. Como dito, contamos 440 crônicas: 188 estão no primeiro volume e o restante, no segundo. A outra fonte foi a própria obra de Lima Barreto, entre romances, crônicas, correspondências, diários, artigos, contos, organizada por Assis Barbosa (que temos), e que reúne os livros de crônicas *Bagatelas*, primeira publicação deste gênero de Lima Barreto, *Feiras e Mafuás*, *Marginália*, *Vida Urbana*, *Coisas do Reino do Jambon* e *Impressões de Leitura*.

Este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro situa Lima Barreto e sua família com os acontecimentos políticos, históricos e sociais ocorridos entre os últimos anos do Império e a chegada da República Velha. O que Lima Barreto foi, escreveu e viveu está estreitamente relacionado com seu enredo familiar, mais especificamente, com seu pai, João Henrique de Lima Barreto e com a mudança do regime monárquico, para o republicano. O segundo capítulo trata da relação entre literatura, uma das grandes paixões do escritor, a política e o gênero literário híbrido crônica, que serve à imediatez, à rapidez, mas também ao eterno, dada a própria etimologia do termo, que significa tempo, e o tempo é eterno. Vão se analisar os usos da crônica e o da literatura, como formas de militância, de participação política, pois a literatura, para o autor em estudo, era o meio e o modo de transformação social, conforme veremos no decorrer do capítulo que disto trata. O terceiro e último capítulo aborda as avaliações e análises de Lima Barreto sobre o poder, a política, os políticos, eleições, o cidadão comum, bem como de seu diálogo com um projeto

modernizador de nação, por intermédio da crônica e dos usos que este gênero pode representar. Como citado, o termo é híbrido, por ser, ao mesmo tempo, gênero literário e jornalístico, combinando-se o viés memorialista desta crônica, com a política, a literatura e o jornalismo propriamente ditos.

CAPÍTULO 1

A FAMÍLIA LIMA BARRETO, DA MONARQUIA À REPÚBLICA

Afonso Henrique de Lima Barreto veio ao mundo em 1881, na Rua Ipiranga, nº 18, em Laranjeiras, bairro da zona sul do Rio. Era uma sexta-feira, 13, do mês de maio. (Barbosa, 1952, p.31). Sete anos depois, no dia 13 de maio de 1888, abolia-se a escravidão. Meses depois, numa sexta-feira³, que caiu em 15 de novembro de 1889, Deodoro da Fonseca abolia a monarquia e proclamava a República. (Barbosa, 1952 p. 373).

Lima Barreto passou pela Abolição da Escravidão, a pedra de cal para o ocaso do último imperador do país. Conviveu com dois sistemas políticos: o monárquico e o republicano. Passou por 13 presidentes, alguns estados de sítio, poucas eleições (a bico de pena), pela política dos governadores, poderio dos coronéis e suas oligarquias. Passou por revoltas e revoluções: Armada, Vacina, Chibata, Canudos, entre outras (Resende, 2004, pp. 587-595). Presenciou a fundação da Academia Brasileira de Letras, depositária da boa literatura e dos bons literatos, em acordo com o projeto literário-político-nacional brasileiro.

Sobreviveu a surtos de varíola, febre amarela, tuberculose, cólera, à gripe espanhola, que assolaram o Rio. Esta última matou o rei da Espanha e o presidente Rodrigues Alves, vitimando 13 mil pessoas só na capital republicana (Lessa, 2000, pp.194-195).

Sobreviveu, ainda, ao positivismo, um dos braços da república dos militares do sabre e da espada, e, mal, à tese cientificista em vigor de superioridade da raça branca (Barbosa, 1952, pp.70-73).

Viveu sob a gestão de 24 mandatários à frente do município do Rio de Janeiro, a também capital federal, entre eles

interventores, interinos e prefeitos propriamente ditos, nomeados pelo Governo Federal (Carvalho, 1988, pp. 124-125).

É testemunha da restauração urbana à francesa da capital federal pelo prefeito Pereira Passos, no projeto Belle-Èpoque à brasileira de ordem, civilização, progresso e eugenia urbana, processo retomado pouco depois pelo prefeito Carlos Sampaio (Lessa, 2000, pp. 66-67).

Vê o preço do café subir e o acordo de Taubaté vicejar (D'Ávila, 2006, pp. 204-206), a borracha fazer ricos e pobres em curto espaço de tempo (Idem, pp. 163-166), a eletricidade e os bondes da Light chegarem à capital, o lançamento da candidatura de Rui Barbosa, para suceder ao presidente Afonso Pena, decidindo apoiá-la oficialmente (Barbosa, 1952, pp. 195-196).

Assiste a greves no ainda jovem movimento operário brasileiro (Barbosa, 1987, p. 29).

Acompanha pelos jornais a Primeira Guerra, a Revolução Russa, a vinda do Rei Alberto I, da Bélgica, ao Brasil, a exposição do Centenário da Independência.

Mas não verá a posse do presidente Artur Bernardes, em 15 de novembro de 1922. Lima Barreto morre 14 dias antes, em casa, no subúrbio de Todos os Santos, às cinco da tarde, de colapso cardíaco. Seu pai sai de sua demência, pergunta pelo filho, nada lhe dizem. João Henrique morrerá 48 horas depois do filho, deixando flagrante a extrema e profunda ligação que tinham, ambos vivendo histórias de vida parecidas, entre o Brasil imperial e depois republicano (Idem, 1952, p. 337).

³ Neves, Margarida de Souza de. *Os cenários da República*. RJ: 2003, p.19.

Entre seu nascimento e morte, no dia 1º de novembro de 1922, aos 41 anos, o intelectual negro, jornalista, literato, escritor e funcionário público Afonso Henrique de Lima Barreto testemunhou, escreveu sobre, conviveu com e passou por uma enormidade (e pluralidade) de fatos e episódios que, entrelaçados, convergiram na formação do processo de construção e de consolidação da Primeira República brasileira ou República Velha, a que deu origem à nossa República. (Resende, 2004, pp. 587-595).

Lima Barreto foi marcado profundamente pelo cenário político-econômico instável da República brasileira e como bom repórter que foi, foi aos fatos (Idem, pp. 587-595). Foi à rua trabalhar e colher o que se dava naqueles tempos. Sempre voltando à sua redação: sua casa, à qual batizou, ironicamente, de Vila Quilombo, no atual subúrbio de Todos os Santos, para montar suas reportagens, na forma de crônicas, romances, artigos, contos, vasta correspondência, diário, ensaios, sabendo que não existia, como de fato jamais poderá existir, a tão propalada, e nem por isso verdadeira, neutralidade jornalística (Barbosa, 1952, p. 301).

Lima Barreto irá se posicionar sobre todo o cenário político republicano em sua obra, reunida em 17 volumes publicados pela Editora Brasiliense, em 1956. Como escreve o jornalista e historiador Francisco de Assis Barbosa, seu principal biógrafo, Lima Barreto, por intermédio de sua literatura-reportagem, tratará de todos os acontecimentos de sua época, dos simples aos mais complexos:

"Não será possível proceder-se à revisão da história republicana, do Quinze de Novembro ao primeiro Cinco de Julho sem recorrer aos romances, contos, crônicas e artigos de Lima Barreto. (...) Anotou, registrou, comentou, fixou, todos os grandes

*acontecimentos da Primeira República, desde seu advento até o começo de sua agonia, com a revolta do Forte de Copacabana. (...). Traçou, em suma, todo o panorama da mentalidade burguesa, predominante no Brasil.*⁴"

A *res publica*, do latim, significava dizer governo da coisa pública, a coisa do povo, governo depositário da vontade de todo o povo, depositário do ideário de liberdade de cada um, tornando a política, ou melhor, este tipo de sistema político – o republicano – cada vez mais representativo da oferta de justiça, de igualdade e fraternidade. República significa o respeito e garantia aos direitos fundamentais, aos direitos políticos, como o da cidadania e o da liberdade, combinado este último com a noção de igualdade (Carvalho, 2005, pp. 9-13).

Esta definição antiga foi o ponto de partida para estudo, reflexão e análise sobre que lugar ocupa o povo na vida política da república, com seu regime de leis, válido para todos os cidadãos. (Idem, pp. 9-13).

A República guarda valores, em última instância, de um sistema democrático, visto que o princípio moral de igualdade existe nos ideários de democracia e de justiça: um ideal republicano, em que atores e pensadores políticos seriam capazes de "*pensar que o governo de um país seria a expressão de sua vida social e de seu pensamento político*"⁵.

Concepção republicana de estado, vinculada à criação de um chamado Estado Nacional, que governado fosse pela razão. Estado republicano que "*promete liberdade (...) e legitima a vontade*

⁴ Barbosa, Francisco de Assis. *Lima Barreto – romance*. RJ: 1972, pp 8-9.

⁵ Tourraine, Alain. *O que é democracia?*. RJ, 2000, p. 65.

*soberana individual*⁶". Estado Republicano nascido no século XVIII, da Revolução Francesa, inspirado pelas luzes dos filósofos e escritores, os intelectuais de então, Voltaire, Montesquieu, Diderot, Jean-Jacques Rousseau, considerado por muitos autores o pai do ideário democrático (Fortes, 1981, pp. 11-19).

Para o Iluminismo, a razão seria o único meio seguro para analisar os fenômenos sociais e se alcançar o progresso, o bem comum e o sentido virtuoso da existência. Esta corrente filosófica e seus partidários são contrários ao Antigo Regime, baseado no direito divino da realeza, endossado pela tradição e abençoado pelo clero (Idem, pp 8-9). Por isso o Iluminismo defende as liberdades política, de pensar e econômica, o individualismo (em outros termos, o homem é único e não somente parte da coletividade, não podendo ser tutelado pela religião), o empirismo (experiência e observação levam ao conhecimento, iluminado pela razão) e o anticlericalismo, além da igualdade jurídica, pois é esta que pode garantir a liberdade, a propriedade e o respeito à lei, bem como seu cumprimento.

*"O que caracteriza as luzes, além da valorização do homem já referida, é uma profunda crença na Razão humana e nos seus poderes. Revalorizar o homem significa antes de tudo encará-lo como devendo tornar-se sujeito e dono de seu próprio destino, é esperar que cada homem, em princípio, pense por conta própria*⁷".

As idéias iluministas fincaram raízes no pensamento liberal burguês, pavimentando todo o ideário das revoluções burguesas e dos movimentos de emancipação das colônias americanas.

⁶ Bornheim, Gerd. *Natureza do Estado Moderno*. RJ, 2003, p. 240.

⁷ Fortes, Luiz Salinas. *O iluminismo e os reis filósofos*. SP: 2004, p. 9.

Esta cultura baseada na razão, na ação jurídica do direito natural e não mais no princípio do direito divino, no poder de transformação (e de iluminação) do conhecimento humano levou a uma visão de Estado tal, como resultante de ordem constitucional. E constituir significa fazer, organizar, dar nascimento. *"Um Estado que tem constituição é o que foi feito, organizado, nasceu"*⁸.

Os pensadores deste Estado constitucional o imaginavam como possuidor de uma autoridade central, detentora de poderes bem definidos e bem limitados, em outras palavras, possuidor de uma soberania concedida pelo povo, que culminasse com a concessão de liberdade civil, liberdade comercial e do direito à propriedade.

*"Os pensadores deste novo Estado imaginavam que ele não poderia existir se o povo não lhe outorgasse livremente suas prerrogativas e poderes, isto quer dizer que todos os poderes e todas as prerrogativas pertenciam ao povo, como direito natural"*⁹.

A Revolução Francesa ao falar "aux citoyens" inaugurou este estado, pois cidadão, em seu sentido original, que dizer "homem livre em sua cidade" (Bignotto, 2003, p. 91).

Observe-se que não mais se fala de súdito, o habitante não-livre de um reino, mas cidadão, aquele que possui, por extensão, cidadania, aquele que possui um direito político, portanto.

Um não-servo, que poderá vender a quem lhe aprouver e pelo preço que achar melhor, seu trabalho, resultado do que seu

⁸Marés, Carlos Frederico. *Soberania do Povo, poder do Estado*. RJ: 2003, p. 232.

⁹Idem, p.233.

corpo produziu, corpo que é sua mais preciosa propriedade (Marés, 2003, p. 245).

São a propriedade e a soberania os dois principais pilares do estado constitucional, também conhecido como burguês ou capitalista.

Este estado de liberdade, fraternidade e igualdade que nasce após o 14 de julho de 1789 é republicano, estado fundado formalmente na constituição, no pacto, que organiza, oferece e garante os direitos dos cidadãos. Pois:

"Os Estados constitucionais nasceram, assim, sob o signo da esperança de construir comunidades de indivíduos, todos iguais em direitos, fraternal e mutualmente respeitados e livres para manifestar suas vontades individuais e soberanas, cujo único limite seria a individualidade e liberdade alheia. Ao Estado, a função só de garantir estas liberdades e os direitos¹⁰".

No século XIX, analisavam-se algumas concepções de República, ancoradas no espírito da liberdade: uma delas era a que caracterizava as repúblicas antigas, como Atenas, Roma e Esparta:

"(...) era a liberdade de participar coletivamente do governo, da cidadania, era a liberdade de decidir em praça pública os negócios da república: era a liberdade do homem público¹¹", explica-nos o historiador José Murilo de Carvalho.

Em contraste com este tipo de liberdade da república dos antigos, havia a que caracterizava a liberdade dos modernos, cristalizada nos conceitos de progresso e de civilização, que suscitavam tal otimismo, pois o engenho humano era capaz de dominar o tempo, reescrever a história da humanidade e dar as

¹⁰ Idem, p.235-236.

¹¹ Carvalho, José Murilo de. *A formação das almas*. SP, 2005, p. 17.

costas para a barbárie. A liberdade de ir, vir e aproveitar os progressos da ciência. Continua Carvalho:

"A liberdade que convinha aos novos tempos, era a liberdade do homem privado, a liberdade dos direitos de ir e vir, de propriedade, de opinião, de religião. A liberdade moderna não exclui o direito de participação, mas esta se faz agora pela representação e não pelo envolvimento direto"¹².

E havia a doutrina positivista de Benjamin Constant, do filósofo francês Auguste Comte. Comte considerava ser a ditadura republicana a melhor forma de governo, pois homens mais esclarecidos e de elevadas virtudes governariam em nome do bem da república e de um governo discricionário de salvação da nação, pois é esta última o elemento mediador necessário entre a família e a humanidade (Carvalho, 2005, pp. 220-222).

Partidário da tese comtiana, o militar Benjamin Constant pensava em como tornar a república brasileira um sistema viável de governo, expresso na divisa da ordem e do progresso.¹³

Professor da escola militar da Praia Vermelha, Constant foi um dos fundadores da Sociedade Positivista do Brasil, corrente filosófica que teve a adesão de muitos militares. Considerado bom professor, fez entre seus pupilos muitos partidários da doutrina, adeptos da racional religião da humanidade.¹⁴

Fora mal pago pelo Império na cátedra. Havia lutado na Guerra do Paraguai, mas as promoções eram freqüentemente adiadas. Supunha que a República valorizaria o militarismo no

¹² Idem, p.18.

¹³ Bueno, Eduardo. *Enciclopédia da História do Brasil*. SP: 1987, p. 158

¹⁴ Idem, p. 158.

cenário nacional. Constant fundou o Clube Militar, em 1887, com Deodoro da Fonseca.¹⁵

Sobre Constant e a República, Lima Barreto, em uma crônica feita para Revista ABC, em 1918, dirá:

"No fundo, o que se deu em 15 de novembro foi a queda do Partido Liberal e a subida do Conservador, sobretudo da parte mais retrógrada dele, os escravocratas de quatro costados. Isto de Benjamin Constant foi uma isca que os 'matreiros', 'bois de coice' e 'rapacocos' de igual jaez, se serviram para 'forrar' a opinião da força e se apossarem do poder¹⁶".

Mas Lima Barreto havia sido também um simpatizante do positivismo na adolescência. A doutrina teve tal força no país que, em 1897, ficava pronto o templo positivista no Brasil. A instituição seguia à risca as pregações de Comte. Ali foi iniciado o famoso ensino enciclopédico, dedicado a adolescentes de 14 a 21 anos. Aos 15 anos, Lima foi até o templo com um amigo. Frequentou por cerca de um ano a escola (Barbosa, 1952, pp. 70-72).

Não suportava, contudo, a adesão dos positivistas à ditadura republicana e investirá contra eles em seu romance Policarpo Quaresma:

"Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassinatos todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária ao progresso¹⁷".

Meses antes de sua morte, contudo, fará uma reparação à doutrina, afirmando que o positivismo trouxe a vantagem de separar o Estado da Igreja (Barbosa, 1952, p. 72).

¹⁵ Idem, p. 158.

¹⁶ Apud: Barbosa, Francisco de Assis de. *A Vida de Lima Barreto*: SP: 1952, p. 49.

¹⁷ Barreto Lima. *Policarpo Quaresma*. SP, 1952, p. 187.

De qualquer modo, a versão republicana positivista ainda podia se valer de seu arsenal teórico e condenar o regime monárquico, em nome do progresso. O governo que se queria, no lugar da desgastada monarquia, era o da ordem, do método, da disciplina, do progresso e da sabedoria, irmanados do que consideravam ser sua missão na Terra: construir uma nação e fazer um estado que fosse virtuoso, por intermédio de uma ditadura republicana.

Construir uma nação republicana positivista, que aglutinasse os ideários das revoluções francesa e americana, aquela com seus jacobinos e esta com o federalismo e a divisão fraterna dos poderes era o principal objetivo dos republicanos brasileiros (Carvalho, 2005, pp. 24-27).

Em 1870, no dia 3 de dezembro, ainda sob o Império, foi lançado o Manifesto Republicano. O Partido Republicano do Rio fora criado meses antes. Redigido por Quintino Bocaiúva e divulgado por Aristides Lobo, o presidente do Partido Republicano Carioca, o manifesto contou com 58 signatários, muitos deles egressos do Partido Liberal. Fala-nos sobre o episódio, o historiador Nelson Saldanha:

"Foi um texto realmente expressivo, com um balanço da ordem vigente e um quadro dos partidos 'anulados' ante o poder central. Falava-se da Monarquia como um princípio 'corruptor e hostil' para a liberdade, a lei e a opinião pública: apontava-se a absurda irresponsabilidade do reinante e a inutilidade do voto: a inexistência de soberania nacional e de democracia autêntica: o abandono das províncias, coagidas e mutiladas¹⁸".

Três anos mais tarde, em 1873, fundava-se o Partido Republicano Paulista, para representar os interesses da

¹⁸ Saldanha, Nelson. *O pensamento político no Brasil*. BH, 1979, p.94.

oligarquia rural paulista. Dos 133 delegados, 78 eram fazendeiros (Bueno, 1997, p. 157).

A origem de ambas as siglas está estreitamente vinculada à lavoura do café e aos proprietários rurais, embora os republicanos do Rio associassem o novo regime à maior participação política do povo, ao acesso a direitos individuais e ao fim da escravidão. Os paulistas, por seu turno, almejavam um regime federalista, autonomia provincial e empréstimos bancários para incentivo da lavoura cafeeira (Bueno, 1997, p. 157).

Os paulistas só aderem à causa da libertação dos escravos na undécima hora. Queriam saber como iriam substituí-los e não para onde iriam depois de libertos. Prudente de Moraes e Campos Salles, ambos descendentes de famílias de fazendeiros e republicanos paulistas históricos, viriam a presidir o país cerca de 30 anos mais tarde (Saldanha, 1979, p. 94).

Republicanismo conservador e positivismo nas hostes militares permearam pensamentos e convicções intelectuais no alvorecer da república brasileira.

E no entender do historiador José Murilo de Carvalho, inclusive, República nem houve:

"Não havia República no Brasil, isto é, não havia sociedade política, não havia repúblicas, isto é, não havia cidadãos. Os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava, pois a assistência social estava a cargo da Igreja e de particulares"¹⁹.

E após o golpe da derrubada da Monarquia, conta-nos o cientista político Renato Lessa que:

¹⁹ Carvalho, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. RJ, 2005, p. 24.

"O Brasil acordou sem Poder Moderador, em 16.11.1889. Isto é, sem ter qualquer resposta institucional a respeito de si mesmo: quem faz parte da comunidade política, como serão as relações entre polis e demos, entre o poder central e as províncias, como se organizarão os partidos e se definirão as identidades políticas²⁰".

O Brasil do Segundo Reinado possuía um governo mais ou menos ao estilo das monarquias européias constitucionais. Sob o Império também triunfara o tema da razão nacional, dotado de uma premissa, no entender de Maria Alice Rezende, de *"reelaboração da concepção ibérica da prevalência do Estado sobre a massa amorfa dos cidadãos, com seu projeto de construção política de uma ordem mais homogênea²¹".*

A constituição imperial regulou direitos políticos e definiu quem poderia votar e ser votado: homens com 25 anos ou mais, com renda mínima de 100 mil-réis. Mulheres e escravos não tinham este direito político, pois não eram considerados cidadãos. Os libertos votavam na eleição primária (Carvalho, 2005 pp. 28-30).

Explica-nos o sistema eleitoral do Império José Murilo de Carvalho:

"A eleição era indireta, feita em dois turnos. No primeiro, os votantes escolhiam os eleitores, na proporção de um eleitor para cada 100 domicílios. Os eleitores que deviam ter renda de 200 mil-réis, elegiam os deputados e senadores. Os senadores eram eleitos em lista tríplice, da qual o imperador escolhia o candidato de sua preferência. Os senadores eram vitalícios, os deputados tinham mandato de quatro anos, a não ser que a Câmara fosse dissolvida antes. Nos municípios, os vereadores e juízes de paz eram eleitos

²⁰ Lessa, Renato. *A invenção republicana*. SP, 1988, p. 46.

²¹ Carvalho, Maria Alice Rezende de. *Quatro Vezes Cidade*. RJ: 1994, p. 74.

*pelos votantes em um só turno. Os presidentes da província eram de nomeação do governo central*²²".

Em 1881, ano em que nasce Lima Barreto, mudam-se as regras e se restringem os votantes. A Câmara aprovou uma lei que eliminava o votante. Ficaria somente o eleitor, com renda de 200 mil-réis. Mas era preciso também saber ler e escrever, apesar de 85% da população ser analfabeta (Carvalho, 2005, pp.38-41).

Com a nova lei eleitoral, João Henrique, pai de Lima Barreto, não poderá votar. Sabia ler e escrever, traduzira um livro francês de tipografia, para o português, mas não tinha renda. Fica de fora do processo de participação política de seu país. Mas na República não seria muito diferente. A Constituinte Republicana elimina somente a exigência da renda de 200 mil-réis, para o exercício do voto. Os senadores também deixam de ser vitalícios, mas os analfabetos continuam de fora. *"Na primeira eleição popular para presidente da República, em 1894, votaram 2,2% da população*²³*"*

Lima Barreto escreverá anos mais tarde em *Os Bruzundangas*, crônicas satíricas sobre as valias e desvalias de uma república imaginária, que *"os políticos praticamente tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral este elemento perturbador – o voto*²⁴*"*.

A República se avizinhava. O monarca começa a perder a coroa mais precisamente uma década antes do golpe republicano. Insatisfação do Exército, Manifesto Republicano e a Abolição constituem-se em três fatores que enfraquecem, esgarçaram e, por fim, destituem o governo imperial (Lopez, 2002, pp. 7-14).

²² Carvalho, José Murilo de. *A Cidadania no Brasil*. RJ, 2005, 30.

²³ Idem, p. 40.

²⁴ Barreto, Lima. *Bruzundangas*. SP: 1956, p 118.

O Brasil ganhara a guerra do Paraguai e também dívidas resultantes do conflito. A crise econômica do país se agrava e o movimento republicano se fortalece. Habitados a cumprir ordens, foram os militares, durante o Império, os responsáveis pela preservação da unidade nacional pelo combate aos movimentos separatistas do século XIX. Mas o Exército se vê marginalizado na ordem imperial. Considera baixo seu soldo, que é pouca sua participação política e que está em posição superior à da Guarda Nacional – as milícias locais instituídas no Império sob o comando de proprietários de terras. O exército, a partir da Guerra do Paraguai, sente-se fortalecido, avaliando-se como uma importante instituição no seio da sociedade (Lopez, 1997, p. 14).

São o Exército e o Partido Republicano Paulista as forças políticas mais organizadas do país. O Partido Republicano Paulista, em sua maioria formado por latifundiários do setor cafeeiro, empunhava a bandeira do federalismo, que queria dizer autonomia provincial, para que pudesse controlar o poder local. O federalismo só se mostrava possível sob o regime republicano e a nova elite republicana tornou-se federalista, inspirada no tipo de regime americano: federalista e liberalista. Não por acaso o Manifesto de 1870 exaltava "Somos da América e queremos ser americanos"²⁵.

A outra força política – o Exército – tinha por lema "*uma ideologia de origem européia que pregava a supremacia da República, por não ser hereditária, e defendia uma República autoritária e reformista*"²⁶.

²⁵ Lopez, Luiz Roberto. *República*. SP: 1997, p.13.

²⁶ Idem, p. 7.

Assim, a Guerra do Paraguai, o Manifesto Republicano e a Abolição foram três fatores que, juntos, culminaram no 15 de novembro de 1889 e levaram à queda da Monarquia, trazendo os ideários liberal, positivista e federalista, que inspiraram o movimento republicando e seus partidários.

Mas a mudança do regime não seria boa para os Lima Barreto. E não apenas para eles. Maria Alice Rezende conta que:

"(...) a rejeição à República pelos pobres do Império - negros e brancos - e o grande prestígio e popularidade que continuavam a cercar a monarquia, mesmo após o 15 de novembro, falam da reação dos 'de baixo' ao processo disciplinador e à organização de uma comunidade de potenciais trabalhadores²⁷".

José Murilo de Carvalho, por sua vez, afirma que:

"(...) Havia uma ação moralista de certas autoridades republicanas(...) soma-se ao fato de a República ter perseguido capoeiras e o pequeno jogo do bicho sugere uma recepção diferente do novo regime por parte do que poderia ser chamado de proletariado da capital. Eu diria mesmo que a monarquia caiu quando atingia seu ponto mais alto de popularidade entre esta gente, em parte como consequência da abolição. (...) Foram imensos os festejos. A simpatia popular se dirigia não somente à princesa Isabel, mas também a Pedro II²⁸".

Aos sete anos, Lima Barreto assistira, em companhia do pai, às comemorações pela Abolição, em 1888. Mas também iria ver, no ano seguinte, logo após a Proclamação da República, seu pai ser demitido da Imprensa Oficial pela política republicana. Sua família era numerosa e pobre, com antepassados recentes vindos da senzala e o salário do pai era a única fonte de sustento da família, que ficou à beira da miséria. Ele conta:

²⁷ Rezende Maria Alice de. *Quatro vezes cidade*. RJ: 1994, p. 76.

²⁸ Carvalho, José Murilo de. *Os Bestializados*. SP: 2005, p. 32.

"Da tal história da República, só me lembro que as patrulhas andavam na ruas armadas de carabina e que meu pai foi, alguns dias depois, demitido do lugar que tinha²⁹".

Acrescenta Carvalho:

"Em termos concretos, a prevenção republicana contra pobres e negros manifestou-se na perseguição movida contra capoeiras, na luta contra bicheiros, na destruição pelo prefeito florianista Barata Ribeiro, do mais famoso cortiço do Rio, o Cabeça de Porco, em 1892, (...) isto confirma o profundo abismo existente entre os pobres e a República³⁰".

Mulato, quase preto, João Henrique, o pai de Lima Barreto, era um liberal. Acreditava no ideário do partido, que defendia a abolição da escravatura. Trabalhava no jornal do partido, *A Reforma Liberal*, como tipógrafo. Na redação do periódico, conheceu Afonso Celso, o visconde de Ouro Preto, um dos donos. Gostava do patrão. Ouro Preto construía seu prestígio político bem jovem ainda. O visconde contava com menos de 40 anos e já tinha estado à frente do Ministério da Guerra, por ocasião do conflito do Paraguai. Ouro Preto também parecia gostar de João (Barbosa, 1952, pp. 20-21).

Quando João Henrique precisou de dinheiro, por ter adoecido pouco antes de casar (ele teve uma crise nervosa), Ouro Preto ofereceu-lhe ajuda. Foi seu padrinho de casamento, em 1878. Na ocasião, o compadre ilustre era Ministro da Fazenda.

A noiva chamava-se Amália Augusta. Era mulata, professora, neta de escrava alforriada, vivia na casa da família abastada de um médico, como se da família fosse. Depois do casamento, o

²⁹ Barreto, Lima. *Feiras e Mafuás*. SP: 1952, p. 52.

³⁰ Carvalho, José Murilo de. *Os Bestializados*. SP: 2005, p. 30.

casal montou um pequenino colégio na casa onde moravam, em Laranjeiras: o Santa Rosa (Idem, 1952, p. 28).

Por influência do compadre Ouro Preto, o pai de Lima Barreto conseguiu um emprego na Imprensa Nacional. Achava que iria melhorar de vida e que poderia cursar Medicina, seu sonho (Idem, p. 21). Quem sabe conseguiria? Mulatos tinham alguma possibilidade de ascensão durante a Monarquia (mas só alguma).

O sentido de identidade da elite brasileira era o de branqueamento, enquanto vivia seu dia-a-dia como se no Brasil não tivesse havido história racial, de opressão racial. Aí surge a figura do mulato. A elite imperial havia concedido ao mestiço, em especial o mulato, espaço para ascensão social, até certo ponto. Os primeiros lugares eram sempre destinados ao branco. Trata do tema Skidmore:

"Central nesse processo era o mulato. A economia brasileira colonial havia criado espaço para mestiços, especialmente mulatos, ascenderem socialmente, ao menos num grau limitado. A tendência continuou no início do Império. (...) Os mulatos, não obstante, permaneciam vulneráveis num sistema hierárquico cujo topo era sempre branco³¹".

Na República não seria diferente e, para alguns, até pior. A teoria do branqueamento era completamente aceita pela elite política brasileira. Acreditava-se na superioridade branca, com convicções *científicas* de raças mais e menos adiantadas, raças mais e menos inteligentes.

"Em 1909, uma publicação de Pierre Denis devotava todo um capítulo 'as populações negras', caracterizando-as como 'indolentes' e 'inferiores', que era muito lido no Brasil³²".

³¹ Skidmore. *Uma História do Brasil*. RJ, 1988, p. 82.

³² _____. *Preto no branco*. RJ: 1989. p. 84.

Lima Barreto, quando aluno da Escola Politécnica, vai ouvir de um veterano que era muita audácia de um mulato ostentar o nome do rei de Portugal (Barbosa, 1952, p. 95). Alguns anos mais tarde, o crítico Olívio Montenegro, no prefácio do livro *Coisas do Reino do Jambon*, que reúne contos e crônicas de Lima Barreto, dirá que:

"(...) *nem todo filho de branco pôde cursar as escolas que ele cursou (...) É o complexo de sua cor de mulato. Não imitou Machado de Assis, mulato e escritor como ele, mas que conseguiu uma superioridade aristocrática na sua vida e na obra que lhe refinaram a cor e o nome*³³".

Sobre o racismo republicano, Francisco de Assis Barbosa cita dois episódios:

"Por ocasião da morte de Machado de Assis (1908), Joaquim Nabuco escrevia de Washington a José Veríssimo para protestar que chamassem de mulato o grande escritor. O próprio paladino da luta pela libertação dos escravos reputava: 'A palavra não é literária, e pejorativa. Demais, o ser mulato em nada afetava a sua característica caucásica. Eu pelo menos vi nele o grego'. (...) Ao retribuir visita a visita do presidente Roca, o presidente Campos Sales recomendaria que na tripulação do vaso de guerra que o levou à Argentina não fossem marinheiros negros. Lima Barreto jamais admitiu semelhante discriminação³⁴".

A mãe de Lima quase morre no parto do primeiro filho, Afonso Henrique. Jamais se recupera. Precisa fechar a pequena escola, o dinheiro encolhe, o marido trabalha dia e noite para sustentá-la e aos outros filhos que virão pouco depois. Cada vez mais doente, Amália morre em 1887, de tuberculose. Deixa quatro filhos para o marido criar (Barbosa, 1952, p. 33).

³³ Barreto, Lima. *Coisas do Reino do Jambon*. SP: 1953, 13.

³⁴ Barbosa, Francisco de Assis de. *Lima Barreto e a reforma da sociedade*. RJ: Pool, 1987, p. 27.

Afonso Henrique de Lima Barreto está com quase sete anos, quando perde a mãe. Tempos mais tarde registrou em seu Diário Íntimo, que tivera vontade de se matar. Chama-se Afonso em homenagem ao padrinho: Afonso Celso de Assis Figueiredo, o visconde de Ouro Preto. O batizado foi na Igreja da Glória (Idem, p. 31).

Quando se conheceram, afilhado e padrinho, Lima já era um rapazinho. Ao entrar com o pai no escritório de Ouro Preto, *"este mal levantou os olhos da mesa em que escrevia; finalmente perguntou: – Quem é este? E olhando displicentemente para Lima Barreto, acrescentou: – É o Serafim?. Nunca mais voltariam a se ver³⁵"*.

Os acontecimentos políticos do último ano da Monarquia não seriam nada fáceis para a família Lima Barreto. Até a chegada da República e depois dela, o pai de Lima Barreto iria passar por maus bocados, até enlouquecer, de vez, em 1902, último ano do governo Campos Sales, que aumentou impostos e criou mais alguns (Idem, p. 34).

João Henrique contraíra empréstimos por causa da doença da mulher e o ordenado mal dava para saldar as dívidas. Tinha dois empregos: na Imprensa Nacional e no jornal de Ouro Preto (Idem, p. 33).

Ainda em 1888, os liberais organizaram sua resistência. Convocam correligionários para participarem de um congresso no ano seguinte. Reajustam o programa do partido, propondo reforma na administração provincial, reforma do conselho do estado e o fim do sistema vitalício para o Senado, entre outros pontos (Idem, p. 34).

³⁵ Barbosa, Francisco de Assis de. *A vida de Lima Barreto*. RJ, 1952, 104.

Rui Barbosa votará em separado, pela federação, sendo seguido por outros 18 congressistas. Logo após o fim do Congresso Liberal, porém, o partido será chamado para governar e montar um novo ministério. A Ouro Preto é conferida esta tarefa (Idem, p. 35).

Em junho, ele comunica ao Parlamento seu programa de governo, bem como os ministros que escolhera. Ouro Preto não sabia, mas o Império, após este pronunciamento, começará sua contagem regressiva para ir a pique. Seu ministério formado em 7 de junho cairia em novembro. O visconde não tardaria a ser preso e deportado. João Henrique cairá em desgraça. Mesmo assim vai se despedir do amigo, que embarca, em 19 de novembro, para o exílio, em Montevidéu (Idem, p. 37).

Estava em curso uma batalha contra o regime monárquico e seus partidários:

"Contra o sistema monárquico clubes e centros se formaram. (...) Na nova linguagem, 'democrático' significava 'republicano', e as alusões à soberania popular eram sublinhadas com contra-alusões à Coroa. (...) Basicamente, o esteio ideológico da República era liberal. Como seu pressuposto sociológico era a ascensão da burguesia urbana e seus modelos intelectuais as obras dos pensadores da Europa evolucionista e positivista³⁶".

Já há algum tempo o liberalismo estava instalado no Brasil, mas a diferença agora era que *"no Império, ser liberal era divergir, e com a República, ser liberal seria estar com o Governo³⁷".*

João Henrique continuava a trabalhar na Tribuna Liberal, mas todos no jornal se sentem ameaçados pelos republicanos.

³⁶ Saldanha, Nelson. *O Pensamento político no Brasil*. RJ: 1979, p. 99.

³⁷ Idem, pp. 99-100.

Em 23 de dezembro, Deodoro editava a lei dos suspeitos, que punia aqueles que incitassem oralmente ou por escrito atos de revolta civil. A Tribuna deixa de circular no dia de Natal. A pressão contra os monarquistas era enorme. Sobretudo na Imprensa Nacional. O pai de Lima Barreto ficará em breve sem seu outro emprego (Barbosa, 1952, p. 39).

O biógrafo de Lima, Francisco de Assis Barbosa, conta que:

"Em certas repartições, como na Imprensa Nacional, a pressão contra os monarquistas foi tremenda. João Henriques era visado, dada a sua condição de compadre de Ouro Preto³⁸".

Barbosa comenta ter descoberto um documento no arquivo de Rui Barbosa, uma delação enviada ao então Ministro da Fazenda (Rui) sobre a atuação de João Henrique na Tribuna Liberal, concomitantemente a seu trabalho na Imprensa Oficial:

"Há um curioso documento que denota a vigilância dos republicanos sobre o humilde funcionário, que servira à causa do Partido Liberal. O documento está sem data e sem assinatura (...). João Henrique não esperou que o demitissem, chegando para trabalhar, ouviu de um colega que seu nome estava numa lista negra porque era monarquista e havia ido ao bota-fora de Ouro Preto. O colega afirmava que Rui Barbosa iria demiti-lo naquele dia mesmo. João Henrique pede demissão, antes³⁹".

O pai de Lima, então, consegue um emprego de almoxarife em um asilo de loucos, na Ilha do Governador, onde foram todos morar. Lima Barreto, na ocasião, foi internado em um liceu de Niterói. Quem custeava seus estudos era ainda Ouro Preto, no exílio. O menino gostava de ficar no jardim da escola, lendo a

³⁸ Barbosa, Francisco de Assis de. "A Vida de Lima Barreto". SP: 1952, p. 39.

³⁹ Idem, pp. 39-40.

coleção de Júlio Verne que o pai lhe dera. Não gostava de brincar (Barbosa, 1952, pp. 52-53).

É do jardim do colégio que verá a Revolta da Armada, que, a princípio, parecia apenas uma disputa entre dois chefes militares: o marechal Floriano e o almirante Custódio de Mello.

Desde o nascimento do regime republicano observa-se um desequilíbrio entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e um imenso poder do chefe do Governo Federal.

"A nova Constituição, de forte inspiração na carta constitucional norte-americana, e cujas marcas principais eram a adoção do federalismo, a acentuação do presidencialismo, o estabelecimento dos três poderes – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário – para o governo da República⁴⁰".

Havia "um presidencialismo que estava se tornando imperial⁴¹", um presidencialismo interferindo continuamente nos outros poderes. Deodoro da Fonseca, primeiro presidente republicano, declara estado de sítio e:

"Declarar estado de sítio (...) era uma atribuição do Congresso. (...) O ato de Deodoro violou os princípios da Constituição⁴²".

Floriano Peixoto, que substituiu Deodoro, decreta estado de sítio (Flores, 2003, p. 61) Prudente de Moraes e seu sucessor, Campos Salles, também da medida se valem. Rodrigues Alves vai se valer do procedimento (D'Ávila, 2003, p. 106).

"É da coexistência de uma Constituição liberal com práticas oligárquicas que deriva a expressão liberalismo oligárquico, com que se caracteriza o processo político da República. (...) A denominação República oligárquica, freqüentemente atribuída aos primeiros 40 anos

⁴⁰ Neves, Margarida de Souza de. *Os cenários da República*. RJ: 2003, p. 35.

⁴¹ Flores, Hélio Chaves de. *A consolidação da República*. RJ: 003, p. 56.

⁴² Idem, p. 57.

da República, denuncia um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política. Coronelismo, oligarquia e política dos governadores fazem parte de um vocabulário necessário ao entendimento do período republicano⁴³".

Estados de sítio, clientelismo, aumento de impostos, repressão aos movimentos populares, crimes políticos, confronto entre governos civis e militares, fraudes eleitorais, fechamento do Congresso, desvio de verba, regime oligárquico, coronelismo, duas guerras civis: a Revolução Federalista, em 1893, e Canudos, no sertão baiano. Assim seguia a Primeira República.

Analisa José Murilo de Carvalho:

"O problema central a ser resolvido pelo novo regime era a organização de outro pacto de poder, que pudesse substituir o arranjo imperial com grau suficiente de estabilidade. (...) Durante dez anos de República as agitações se sucediam na capital, havia guerra civil nos estados do Sul, percebiam-se riscos de fragmentação do país, a economia estava ameaçada pela crise do mercado do café e pelas dificuldades de administrar a dívida externa⁴⁴".

Mas o regime republicano vingou. Registre-se o esforço de uma elite que se tinha como esclarecida, apta e sobretudo disposta a instituir o dito projeto republicano, elite que considerava o povo ignorante e inapto para participar das decisões políticas e de formação de uma nação. Assim, era preciso eliminar ou neutralizar, ao menos, a influência da capital na política nacional, reduzindo ao mínimo a participação popular.

Comenta José Murilo de Carvalho:

⁴³ Resende, Maria Efigênia de. *O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico*. RJ: 2003, p. 91.

⁴⁴ Carvalho, José Murilo de. *A Formação das Almas*. SP: 2005, p. 31.

"Além de ter surgido em uma sociedade profundamente desigual e hierarquizada, a República brasileira foi proclamada em um momento de intensa especulação financeira. (...) Porque foi geral o desencanto com a obra de 1889. Os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano rapidamente perceberam que não se tratava da República de seus sonhos⁴⁵".

Deodoro da Fonseca presidiu o país até 1891, ano da Primeira Constituição Republicana, que separa Estado e Igreja e institui o presidencialismo e o federalismo. Em 1890, eram realizadas eleições para o Congresso, cujos futuros parlamentares iriam elaborar e aprovar a primeira constituição brasileira e embora a Carta fosse conter, em tese, formas de participação política, o que ocorria, na prática, era diferente:

"Embora a Constituição de 1891 amplie a participação política pelo voto, e pelo direito de associação e reunião, a realidade que se impõe é uma verdadeira negação da idéia de participação política. A violência contida em um enorme aparato repressivo manifesta-se pela desqualificação e preconceito contra negros e imigrantes, pelo viés de uma certa 'ciência', que relaciona tipos sociais a criminosos, (...), pelo falseamento das eleições, com um olhar preconceituoso sobre a população do país⁴⁶".

Promulgada em 1891, a Carta Magna continha como cláusula pétrea a proibição de qualquer tentativa de retorno à Monarquia, embora Deodoro houvesse nomeado um nobre para o Ministério, o barão de Lucena. Os parlamentares protestam. Em

⁴⁵ Idem, p. 32.

⁴⁶ Ferreira, Jorge e Delgado, Lucilia (Orgs). *O Brasil Republicano*. RJ: 2003, p. 104.

resposta, o presidente fecha o Congresso (D'Ávila, 2005, pp 61-62).

Lima Barreto comentará sobre Deodoro da Fonseca em uma crônica que escreve para a Revista Careta, em 1922. Na crônica, ele faz um síntese dos presidentes do Brasil que viu governar:

"Logo após ter proclamado a República, quis ir à Festa de Nossa Senhora da Penha, em carro de Estado, acompanhado de piquete e precedido de batedores, tal qual ia à mesma festa a princesa regente, Dona Isabel⁴⁷".

Deodoro da Fonseca havia sido um monarquista, gostava do imperador e considera que o regime imperial era o sustentáculo do país. O que parece tê-lo feito mudar de idéia foi o boato de que Dom Pedro colocaria no lugar de Ouro Preto, Silveira Martins, o presidente do Rio Grande do Sul, a quem Deodoro odiava. Dizem que o criador do boato teria sido o presidente do PRP carioca, Aristides Lobo (Bueno, 1997,160).

Com Deodoro, primeiro, e Floriano, em seguida, teríamos a República da espada. Ambos, como dito, decretaram estado de sítio. O republicano e egresso do Partido Liberal do barão de Lucena, Rui Barbosa, que fora ministro do encilhamento do próprio Deodoro, que votara em separado para o programa liberal de Ouro Preto, também está numa lista: a dos inimigos da República, no governo de Floriano (Flores, 2004, pp. 55-9).

Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil, deixará ao país uma grande dívida contraída com banqueiros ingleses. Muito doente, é obrigado a se licenciar. Assume Manoel Vitorino, seu vice e rival (D'Ávila, 2005, p. 89). Com Prudente de Moraes estava representada no mais alto cargo do país a oligarquia paulistana plantadora de café, que até então

⁴⁷Apud. Resende, Beatriz e Valença Raquel. *Lima Barreto toda crônica*. RJ: Agir, 2004, P. 505.

mantinha-se dominante apenas no Legislativo. O próprio Prudente havia sido vice-presidente do Congresso e Floriano Peixoto, o presidente. Foi no governo de Deodoro da Fonseca (do qual Floriano foi vice-presidente) (Idem, 2005, p. 58). Sobre Prudente, Lima escreverá:

"Nada pôde fazer senão defender sua cadeira e sua vida. Prorrogou o gordo contrato de São Paulo Railway, lavando as mãos como Pilatos. Hoje é que são elas..."⁴⁸

A República brasileira teve militares e advogados presidentes em sua totalidade, que governaram para levar a cabo a política dos governadores, que se tornou a base de sustentação política da República e vigorou até Vargas, associada ao poder dos coronéis de oligarquias. O presidente paulista e advogado Campos Salles foi o autor, o fundador da dita política dos governadores que:

"Será o pedestal sobre o qual imperará Campos Sales, num esquema político de 30 anos de duração. (...) Os governadores fazem o Congresso, que por sua vez, apóia a política do chefe das hostes estaduais. O anel político vincula-se a uma coligação econômica, que parte de Londres e chega às fazendas, num traço de dependência pontilhado de distorções"⁴⁹.

Para Luiz Felipe D'Ávila, foi uma real ameaça para o sistema eleitoral republicando a política dos governadores levada a cabo pelo presidente Campos Sales:

"Compreende-se a real ameaça que a política dos governadores representava para o país. Pretendia sacrificar partidos, liquidar a oposição, destruir o sistema eleitoral e enterrar a divisão constitucional dos Três Poderes para implementar um austero programa

⁴⁸ Idem, p. 505.

⁴⁹ Faoro, Raymundo. *Os donos do poder*. SP, 1975, p. 520.

econômico. A política dos governadores dismantelaria a República liberal e destruiria os fundamentos da democracia constitucional. O presidente acreditava que o saneamento das finanças públicas só seria possível com a submissão das instituições democráticas à vontade presidencial⁵⁰".

Quarto presidente a governar o Brasil Republicano, Campos Sales prometera, em troca de apoio a sua política dos governadores (D'Ávila, 2003, p. 115), não intervir nas lições entre estados, desde que os governadores lhe fossem fiéis. Vai ignorar partidos, enfraquecendo, assim, o Poder Legislativo, com a criação da Comissão de Verificação dos Poderes, que endossava qualquer que fosse o resultado eleitoral, desde que em acordo com os governadores-presidentes e com ele mesmo.

"Campos Sales era mais flexível na interpretação dos princípios constitucionais. Eles serviam para balizar a conduta dos homens e não para paralisar o regime político. Pretendia flexibilizar as regras da democracia para assegurar a estabilidade política⁵¹".

O presidente Sales avaliava a questão financeira como mais importante e urgente do que instituições democráticas robustas. O Congresso precisava lhe ser favorável e aprovar medidas impopulares. E Campos Sales precisava cumprir, como cumpriu, o Fouding Logan (D'Ávila, 2004, p. 111) assinado com credores internacionais. Sobre campos Sales, Lima Barreto dirá "morreu pobre, mas deixou descendência rica⁵²".

Joaquim Murtinho, poderoso ministro da Fazenda de Campos Sales, ordenou que fosse incinerado papel moeda, aumentou

⁵⁰ D'Ávila, Luiz Felipe. *Os virtuosos*. SP, 2006, p. 123.

⁵¹ Idem, p. 114.

⁵² Apud Resende, Beatriz e Valença Rachel. *Lima Barreto - toda crônica*. RJ: Agir, 2004, p 505.

impostos sobre as importações de 10 para 15% (D'Ávila, 2005, 126).

Mas Campos Sales não cumpre na íntegra a promessa de não intervir na alçada dos estados. Quando de seu interesse, quebra o trato, deixando seu virtuosismo de lado. Por ocasião de um conflito político entre dois oligarcas de peso – seu ministro da Fazenda, que dominava a política estadual mato-grossense, e o general Ponce, que dividia a tarefa de mandarinato em Goiás com Murtinho – Campos Sales manda tropas federais bombardearem a região. Era a eleição para governador local e cada um dos oligarcas possuía candidato de sua predileção. Estava rompida a parceria entre dois clãs. O jornalista Luiz Felipe d'Ávila conta o episódio:

"Ponce indicou para o cargo Félix Peixoto e Murtinho, José Maria Matelo, um dos maiores usineiros do estado. Peixoto ganhou e os adversários acusaram fraude eleitoral. (...) O conflito foi resolvido a bala. Campos Sales, que prometera não intervir, atende o pedido de seu ministro da Fazenda e envia tropas federais ao estado. Ponce capitula e a facção de Murtinho empossa o novo governador⁵³".

Neste meio tempo, aos 14 anos, Lima Barreto fazia provas para o Ginásio Nacional, nome com que os republicanos decidiram rebatizar o Imperial Colégio Pedro II, instituição encarregada de formar e educar a elite brasileira.

"Pelo colégio Pedro II passavam os filhos dos grandes latifundiários provincianos, dos políticos, dos magnatas do comércio. (...) Paulo de Frontin, Rodrigues Alves haviam passado por ali. (...) A passagem pelo colégio Pedro II, pelos salões do Jockey Club, pelo Teatro da Ópera, era condição necessária para o ingresso no clube fechado da elite política brasileira⁵⁴".

⁵³ D'Ávila, Luiz Felipe. *Os Virtuosos – Os estadistas que fundaram a República*. SP: 2006, p. 120.

⁵⁴ Matta, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. RJ: 2001, p. 201.

Em 1897, Lima Barreto ingressa na Politécnica, no Largo de São Francisco. Passeia pela Rua do Ouvidor, vitrine republicana, frequenta a Biblioteca Nacional para estudar Filosofia (Barbosa, 1952, p. 95).

Sua formação intelectual é feita por conta própria. Monta a Limana, nome dado por Lima à biblioteca que vai montar em sua casa com títulos russos, entre eles Dostoievsky. Há também Cervantes, Eça de Queiroz, o alemão Kant, autores franceses (Barbosa, 1952, p. 141). Anatole France o fascinava. France, com Zola, foi um dos intelectuais franceses que aderiram à luta para reverter a condenação do oficial judeu Richard Dreyfuss, por conspiração e espionagem contra o exército. O caso sacudiu a França por mais de uma década (Winock, 1997, p. 35).

Reprovado em cálculo na Politécnica diversas vezes, Lima não gosta do curso, mas insiste, pois o sonho do pai era vê-lo doutor (Barbosa, 1952, p. 374). Define o termo José Murilo de Carvalho: "(...) *havia o cidadão, o cidadão-doutor e até mesmo o cidadão-doutor-general*⁵⁵".

João Henrique sabia das coisas. Classe social e atitudes políticas andam juntas, sendo muito difícil ultrapassar esta barreira para ascender socialmente. Felipe Carone afirma que:

"No plano federal, são os fazendeiros de São Paulo e Minas que governam. Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Artur Bernardes e Washignton Luís estão ligados à terra. Epitácio Pessoa, que foge a este esquema, é sobrinho do Barão de Lucena e latifundiário. Há as exceções dos governos militares. Nos estados, a regra se repete. (...) há possibilidades mínimas para outras classes. (...) Outro traço característico de toda a oligarquia brasileira é o bacharelismo: os fazendeiros fazem seus filhos

⁵⁵ Carvalho, José Murilo de. *A Formação das Almas*. RJ: 2005, p.26.

doutores (...) O bacharel, o doutor, (...) era procurado, aceito, nos partidos, na imprensa, no parlamento⁵⁶".

Lima Barreto vai também escrever recorrentemente sobre o "doutor". Dedicou muitas crônicas ao tema:

"Obter diplomas a fim de conseguirem boas colocações no mandarinato nacional e ficarem cercados do ingênuo respeito com que nosso povo cerca o doutor. A predileção do governo pelo doutor é notável. (...) Com o nosso doutorado, para dirigir o Lloyd, nomeiam-se engenheiros, bacharéis e médicos que nunca guiaram uma catraca de quitandas, para administrar uma colônia agrícola, um bacharel em Direito, que nunca plantou um pé de couve⁵⁷".

E a República dos doutores iria reservar outra surpresa para os Lima Barreto. Iniciava-se o governo de Rodrigues Alves, que nomeou para ministro da Justiça J.J. Seabra. O Jornal do Brasil publica uma denúncia de que haveria irregularidades na administração das Colônias dos Alienados.

O governo de Alves recém-assumira e J.J. Seabra queria mostrar que moralizaria sem demora o serviço público. É feita uma devassa, comissões vão ao local. João Henrique nada desviara, mas a lembrança da perseguição republicana, que resultara no desemprego, faz com que comece a ter ataques nervosos e a ter visões. Nada fica provado contra ele. É inocentado, mas não adianta, enlouqueceu (Barbosa, 1952, pp. 113-115).

Em 1902, aos 21 anos, Lima Barreto assume o sustento da família, por causa da doença do pai, e abandona a Politécnica. Sem o salário do pai, cuja aposentadoria demora a sair, a família passa necessidades. Não tem a quem recorrer. São oito

⁵⁶ Carone, Edgard. *A República Velha*. SP: 1972, p. 157.

pessoas para sustentar (Barbosa, 1952, p. 117). Fica sabendo, então, de uma prova para admissão ao cargo de Ministério da Guerra, para amanuense. Decide fazer. Há uma vaga. É aprovado em segundo lugar. Abre-se outra vaga, com a aposentadoria de um funcionário. Lima é chamado (Idem, p. 119).

Por essa ocasião, já lançava mão de observar personagens à sua volta, para montar os perfis dos seus personagens. O barão de Inhangá, seu patrão no ministério, o próprio ministro J.J. Seabra, vão ilustrar alguns de seus romances e crônicas, como caricaturas (Idem, p. 116.).

Começará, então, a trabalhar no *Correio da Manhã*. Faz uma série de reportagens sobre as escavações do Morro do Castelo (Resende, 2004, 590). Pereira Passos está a toda, remodelando a cidade, expandindo, abrindo tudo, para chegar ao mar. Era este o projeto político-administrativo de Rodrigues Alves de remodelar a capital, dentro de um espírito moderno e civilizado (Resende, 2004, p. 590). Um projeto político republicano em última instância, que tentava se instaurar, difundindo uma imagem de modernidade e de civilidade, diferente daquela do Império. Quem tocava as obras da capital era a empresa de Paulo de Frontin, que também era presidente do Clube de Engenharia, que também iria estabelecer quais os critérios para a concessão das obras. A Empresa Industrial Melhoramentos no Brasil fora fundada em 1890, por um grupo de engenheiros, entre eles Frontin, aproveitando-se da política do encilhamento de Rui Barbosa. Paulo de Frontin viria a ser prefeito, embora por pouquíssimo tempo (seis meses), no Governo de Rodrigues Alves, em 1919 (Rocha, 1995, 96).

⁵⁷ Apud Resende, Beatriz e Valença Rachel. *Lima Barreto, toda crônica*. RJ: Agir, 2004, p. 299.

Lima Barreto ironiza o engenheiro em algumas de suas crônicas. Numa delas, o jornalista faz pouco da verve de poeta de Frontin. Este último organizara um sarau de poesias sob o tema das riquezas do Brasil:

"Os poetas novos, com todo o luxo e pompa resolveram fazer um recital de poesias. (...) Idéia profunda e útil, tanto é que o senhor Frontin, homem exato e engenheiro dos mais notáveis e ativos, fez um recital. (...) Depois de calcular a força da Cachoeira de Paulo Afonso; depois de comparar esta força, fornecida quase que gratuitamente, com o custo de uma outra obtida com o carvão mineral, depois destas coisas tão sábias e áridas, o grave professor deu a palavra a uma senhorita, que recitou um trecho de um poema de Castro Alves sobre a referida queda d'água(...) Vê-se, pois, que foi um recital completo, em que não faltou até a técnica de engenharia, para fazê-lo mais perfeito e belo⁵⁸".

No final da administração de Passos, em 1906, graças a Frontin e sua empresa, *"1.681 habitações haviam sido derrubadas, quase vinte mil pessoas foram obrigadas a procurar nova moradia no curto espaço de quatro anos⁵⁹".*

Lima Barreto começará a trabalhar mais assiduamente como jornalista, passando por várias redações. Trabalha no Ministério da Guerra e começa a escrever seus romances. *Isaías Caminha* será seu livro de estréia, em 1909. Na obra, ele desanca o *Correio da Manhã*: do dono, Edmundo Bitencourt, a João do Rio, um dos principais jornalistas da publicação. Descreve no livro como funcionam as engrenagens do poder, no caso, a imprensa, que Lima Barreto classificará *"como o quarto poder*

⁵⁸ Resende, Beatriz, Valença, Rachel. *Lima Barreto – toda crônica*. RJ, p. 117.

⁵⁹ Rocha, Osvaldo Porto. *A era das demolições*. RJ: 1995, p. 95.

*fora da Constituição*⁶⁰". Pagará caro pela ousadia. Na imprensa carioca, ninguém falará de seu livro (Barbosa, 1952, pp. 162-169).

Muitas greves ocorreram entre 1917 e 1920 nos principais centros do país. O movimento operário, que reivindicava melhorias salariais e trabalhistas, desencadeou o debate sobre como lidar com a questão social. O tema ocupou bom espaço nos cenários nacional e internacional, tanto que o Brasil participa de uma conferência de trabalho, em Washington. A primeira resposta, favorável aos trabalhadores, será a sanção de uma lei relativa à indenização por acidentes de trabalho (Carone, 1972, pp. 189-192).

O jornalista Pausilippo da Fonseca fundara o pequeno e desconhecido Partido Operário Independente. Amigo de Lima, declara o escritor delegado da agremiação. O partido não vai adiante, Lima não aceita a incumbência, embora tenha colaborado com crônicas e artigos para a imprensa anarquista. Escreve ao amigo, explicando o porquê da recusa:

*"(...) Não te posso servir. Sou funcionário público subalterno, não fica bem à minha lealdade que ande armando o ridículo de grandes personagens. Se não estou contente com eles, devo pedir demissão, não achas?"*⁶¹.

Apesar do comentário sobre ser funcionário público, Lima Barreto não deixa de escrever para o semanário anarquista ABC. Vai escrever suas crônicas ali até 1919, quando sai, em razão de a revista ter publicado um artigo contra a raça negra. Sob pseudônimo, escreve também para a *Voz do Trabalhador*, publicação da Confederação Operária Brasileira. No *Correio da Noite*, fará um artigo a favor do anarquismo, por ocasião de uma

⁶⁰ Barreto Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. SP: 1956, p. 84.

greve geral, promovida pelo Comitê de Defesa Proletária. O movimento paralisou fábricas e transportes em São Paulo, em 1917 (Barbosa, 1952, pp. 244-245).

Estamos no governo Nilo Peçanha, que governa no lugar de Afonso Pena, que havia morrido. Para a sucessão de Nilo, São Paulo apóia o baiano Rui Barbosa. Minas Gerais fica com Hermes da Fonseca, também apoiado pelo gaúcho Pinheiro Machado. Lima Barreto vai confeccionar panfletos, manifestando publicamente seu apoio a Rui Barbosa. O material sairia no boletim político *Papão*, para ser distribuído pelas ruas centrais da cidade. Rui era opositor de Hermes da Fonseca, ministro da Guerra. Hermes sairá vencedor da disputa (Idem, p. 187).

Mas é no Ministério da Guerra que o funcionário público Lima Barreto dá expediente. Não satisfeito, vota pela condenação de um militar, ao ser indicado para o Tribunal do Júri, para julgar um crime que teria como réu um tenente. O militar era acusado de esfaquear um estudante, em um episódio que ficou conhecido como Primavera de Sangue. Dois estudantes haviam sido mortos em meio a uma passeata, em que desancavam o general Souza de Aguiar. Como os estudantes de hoje, os rapazes fizeram o enterro simbólico de Souza Aguiar, então chefe da Brigada Policial. É que o militar tinha se recusado a atendê-los, dias antes. Eles queriam reclamar da agressividade de alguns soldados, por ocasião de outra passeata que haviam feito, em comemoração à chegada da Primavera. Sem conseguir falar com Aguiar, os rapazes saíram em passeata, *enterrando* Souza Aguiar (Idem, pp.193-195). Militares à paisana investiram com violência contra os estudantes:

⁶¹ Apud Barbosa, Francisco de Assis de. *A vida de Lima Barreto*. SP: Brasiliense, 1952, p. 154.

"José de Araújo Guimarães, acadêmico de Medicina, tombou ali mesmo, com uma facada no ventre, nas escadarias da Escola Politécnica. Francisco Pedro Ribeiro Junqueira foi o segundo estudante morto na chacina⁶²".

O principal acusado é o tenente João Aurélio Wanderley, casado com uma sobrinha de Souza Aguiar. O Clube Militar pagaria as despesas com advogados de defesa, que eram cinco. Os jurados eram pressionados pelos militares. Francisco Barbosa conta que o julgamento comoveu a opinião pública e durou dias seguidos, sendo acompanhado pela imprensa, que registrava a atenção incansável de dois dos jurados às preleções da defesa e da acusação. Um desses jurados era Lima Barreto (Idem, p. 196).

A partir de então, Lima ficará de fora de todo o tipo de promoção na Secretaria da Guerra, até ser aposentado, por invalidez, em 26 dezembro de 1918 (Idem, p. 196-197).

Em seu Diário Íntimo, Lima escreve: "Eu fiz parte do júri de um Wanderley, alferes, e condenei-o. Fui posto no index⁶³".

Bebe cada vez mais, mas não deixa de escrever. Colabora para o *Jornal do Commercio*. Escreve para a publicação, em folhetins, o romance *Polícarpo Quaresma*, os contos *A nova Califórnia* e *O Homem que sabia javanês*. A sugestão de escrever no formato de folhetins seus romances e contos para a publicação viera do tipógrafo João de Melo, que fora amigo de seu pai. Melo também trabalhara na *Tribuna Liberal* com João Henrique, no último ano da Monarquia (Barbosa, 1956, 377).

A saúde se fragiliza e Lima Barreto é internado em hospital psiquiátrico. Foram duas internações. Tem visões, tremores. Está gordo, inchado, fede à cachaça. Bebia até cair

⁶² Idem, p. 194.

⁶³ Barreto, Lima. *Diário Íntimo*. SP: Brasiliense, 1956, p. 84

nas sarjetas do centro da cidade e, após o diagnóstico de epilepsia tóxica, é aposentado por invalidez no ministério (Idem, p. 380).

Não interrompe de todo sua produção escrita, mas está bem doente, já. Por outro lado, sente-se mais livre para escrever o que pensa. Havia se tornado, no dizer de Francisco de Assis Barbosa, um maximalista. Até morrer, em 1922, irá opinar sobre os acontecimentos políticos, econômicos e sociais de seu tempo, por intermédio de seus escritos e de sua verve literária (Idem, pp. 328-329).

Considera que tem boas publicações no currículo, que é um literato. Por isso, candidata-se à Academia Brasileira de Letras. Por três vezes. Sem sucesso (Barbosa, 1952, p. 173). Talvez tenha sido preterido porque a Academia, como nos conta Ângela de Castro Gomes:

"(...) estava afinada com os novos tempos. Conforme Machado de Assis, não deviam os intelectuais se agitar com a política, encastelando-se numa 'torre de marfim', expressão que, na época, inaugurava uma atitude artística e humana. Numa certa chave de interpretação, a política da ABL era justamente ser o centro institucional das letras, hegemonizando o campo intelectual que começava a se profissionalizar. Para tanto, era necessário limpá-lo de conflitos⁶⁴".

⁶⁴ Gomes, Ângela de Castro de. *Essa gente do Rio*. RJ: FGV, 1999, p. 35.

2º CAPÍTULO
LITERATURA E POLÍTICA

A sociedade brasileira em fins do século XIX e início de XX vai se transformando. São levas de imigrantes estrangeiros que chegam, ampliando o processo de urbanização brasileiro, ex-escravos que se marginalizam subindo morros e adentrando pelos subúrbios.

"(...) 4,5 milhões de negros foram trazidos da África em três séculos. (...) De 1886 a 1914, quase 3 milhões de estrangeiros vieram para o Brasil na tentativa de 'fazer a América'⁶⁵".

Somam-se a eles a pequena classe média em formação e a própria classe operária, que vai se formar e os paulistas do café, há também os bacharéis filhos dos engenhos falidos da cultura açucareira. Ideologias flagrantes, diferentes, como o tradicionalismo agrário das oligarquias e o projeto de modernização e progresso republicano, nos arranjos políticos e econômicos. Ideologias do progresso e da civilização, que, em uma palavra, advogavam para si o direito, o dever e o devido saber para dar um fim ao atraso e levar a nação republicana a um processo modernizador, ainda que a realidade insistisse em mostrar miséria, preconceito, pobreza e discriminação.

O projeto político-nacional era de crescimento e de formação de uma nação brasileira, republicana e moderna, tocado por uma elite letrada e não menos moderna, construtora da nação e que se considerava igualmente portadora da verdadeira identidade nacional, dado que o povo ainda era muito ignorante e incapaz de decidir o próprio destino. Deste modo, e lado a lado, políticos virtuosos e intelectuais construiriam uma

⁶⁵ Bueno, Eduardo. *História do Brasil*. SP: 1997, p. 177.

camada social com vocação e tino para conduzir a nação, rumo ao progresso civilizador (Silva, 2006, pp. 17-18).

A professora Lucia Lippi Oliveira, em seu livro *A questão nacional na Primeira República*, observa que a intelectualidade brasileira dividiu-se entre dois modelos de identidade nacional, entre duas grandes interpretações sobre o Brasil, entre os séculos XIX e XX. De um lado estavam os partidários do passado, da excelência de nossas tradições, do Império, da figura de Pedro II, o imperador amante das ciências e das artes. Eram eles partidários ainda da nacionalidade como símbolo do singular, antagônica ao modelo da sociedade americana. De outro, estavam aqueles seduzidos justamente por este modelo de sociedade americano, pois comungavam com o ideário da República, entendendo a nacionalidade como a "construção de uma nova sociedade rompida com o passado luso e integrada ao mundo americano"⁶⁶.

Toda a sustentação ideológica da forma republicana fora propagada por intelectuais, desde a geração de 1870, partidária de um projeto idealista político-literário-histórico-nacionalista-brasileiro de civilizar o povo e enaltecer determinados matizes peculiares do país, considerados de monta e de orgulho para a formação de uma nação, como a paisagem exuberante, a grandeza territorial, lembrando-se do ancestral índio e ignorando o escravo.

Observa Lucia Lippi:

"A intelectualidade brasileira do final do século XIX, atualizada com o mundo europeu e que acompanhou a mudança do regime, compartilhava de um outro pessimismo mais forte, que deixou marcas

⁶⁶ Oliveira Lippi, Lúcia. *A questão nacional na Primeira República*. SP, 1990, 187.

profundas no pensamento brasileiro. Era o questionamento sobre o destino do país, construído sobre uma doutrina que postula diferenças raciais. Era o evolucionismo, que se assentava sobre a desigualdade das raças, o mal da miscigenação e a superioridade do branco⁶⁷".

Estas noções de raça e meio aplicavam-se em responsabilizar, com o anteparo de teses pseudocientíficas, negros, mulatos e sertanejos pela perpetuação de hábitos incultos e maneiras grosseiras.

Os intelectuais que vão inaugurar o século seguinte não pensam muito diferente. Prossegue Lúcia Lippi:

"A intelectualidade cientificista brasileira neste início de século assume tais pressupostos. Silvio Romero, Euclides da Cunha e Graça Aranha (em Canaã), para citar figuras expressivas, estão preocupados com a nacionalidade, querem soerguer o Brasil, mas ficam limitados pelos impasses advindos das teorias da época, que eles aceitam e postulam⁶⁸".

A Belle Époque brasileira, mais precisamente a carioca, foi inaugurada em 1904, com a abertura da avenida Central, marco da engenharia e da modernização. A expressão francesa *Belle Époque* foi usada para descrever uma era de ouro da beleza, de inovação e paz entre a França e seus vizinhos europeus, datada do final do século XIX, até a Primeira Guerra. O tempo era de invenções, como o telefone, o cinematógrafo, a efervescência na cena cultural, a arquitetura da cidade, os cafés, as livrarias. No Brasil, expressa-se pela nova arquitetura, iniciada com Pereira Passos, no Rio de Janeiro (Silva, 2006, p. 15).

⁶⁷ Lippi, Lúcia Oliveira. *A questão nacional na Primeira República*. SP: Brasiliense, 1990, p. 191.

⁶⁸ Idem, p. 191

Neste novo e moderníssimo mundo, transitavam os partidários da literatura oficial, Olavo Bilac e seu par, Coelho Neto, purista gramatical, que consideravam que a literatura deveria ornamentar nosso cotidiano, escrita num linguajar erudito, fundindo-se mundanismo, representado magnificamente por Paulo Barreto (João do Rio), com arte literária, de preferência a que imitasse helenos e franceses, mas que enaltecesse a força e o vigor da nação republicana em nascimento (Silva, 2006, pp.28-32).

Este espírito diletante da literatura inaugurou conferências e saraus literários com temas superficiais. Transitavam igualmente neste universo os chamados críticos literários e ferrenhos defensores da língua. Continua Lúcia:

"Uma das figuras que compunham este mundo cosmopolita era Osório Duque Estrada, para quem a tarefa da crítica literária significava o exercício do controle da língua. Conhecido como 'o guarda noturno da literatura brasileira', escreveu em 1909 a nova letra do Hino Nacional, expressando a idéia de nação própria de seu tempo⁶⁹".

Entre o fim do século XIX e as décadas iniciais do século XX, a literatura desempenhou função central em todo o processo de formação da nacionalidade brasileira. A literatura no Brasil é considerada a máxima expressão do pensamento brasileiro. Antonio Candido afirma que:

"(...) diferentemente do que sucede em outros países, a literatura aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, é o fenômeno central da vida do espírito. (...) Ante a impossibilidade de formar pesquisadores, técnicos e filósofos, a literatura preencheu a

⁶⁹ Idem, 116.

seu modo a lacuna, criando mitos e padrões que serviram para orientar e dar forma ao pensamento⁷⁰".

No Brasil do século XIX, acrescenta-se que a literatura teve um papel de ação cívica que descambou no nativismo, logo rebatizado de nacionalismo, manifestado em variados tipos de escritos, sobretudo os panfletários e cívicos.

"Esta literatura chegou ao grande público como sermão, ode, panfleto e o grande público aprendeu a esperar dos intelectuais palavras de ordem ou incentivo, com referência à nação jovem que surgia⁷¹".

Unidas, literatura e política, ao conceito de nativismo, ganharam o reforço da religião, com padres, frades e freis (como Caneca), todos escritores, fator que terminou por dar prestígio às letras, pois a Igreja era uma instituição básica do Brasil monárquico. Estava a instituição a serviço das novas idéias e da tarefa de definir (e produzir):

"uma literatura mais ajustada às aspirações da jovem pátria, favorecendo entre criador e público relações vivas e adequadas àquela fase⁷²".

Fase esta em que a literatura no Brasil era considerada (e deveria ser feita nestes moldes) como meio de criação do sentimento de amor à terra, espaço de civismo e de nossa brasilidade, de nossa cor local, do pitoresco.

A literatura brasileira seguiu adiante, mantendo-se com temário nacionalista e sentimental. Era o Romantismo que surgia. Os românticos mesclaram tradição humanística e patriotismo, inclinavam-se por estudos históricos, sobretudo aqueles que pudessem legitimar o amor à pátria e o orgulho

⁷⁰ Cândido, Antonio. *Literatura e Sociedade*. SP: Nacional, 1980, pp. 131 -132.

⁷¹ Idem, p.79.

⁷² Idem, p. 80.

nacional. E de fato houve um genuíno desejo de se criar uma literatura francamente brasileira, histórica, uma literatura, no entender do crítico literário José Veríssimo, de:

"inspiração patriótica, propósito nacionalista, espiritualismo filosófico, sentimentalismo, religiosidade e intenção moralizante"⁷³.

Ora, a Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, era a guardiã desta literatura e a instituição formal por excelência para regulamentar a ortografia brasileira e discutir no decorrer da República Velha se o Brasil seria escrito com "s" ou "z".

"(...) Era preciso fixar a grafia do topônimo Brasil, ora escrito com 's', ora com 'z'. Na visão dos acadêmicos da ABL, seria impossível imaginar o progresso de uma nação que nem sabia ao certo a grafia do próprio nome"⁷⁴.

Nem todos os intelectuais do início daquele século XX, porém, iriam se enquadrar nesta literatura afeiçoada aos rigores de gramática e patriota ao extremo. Houve escritores que produziram seus textos com mais liberdade de expressão e rigor crítico em relação à política republicana. Lima Barreto e Euclides da Cunha estão entre eles. Ainda Lucia Lippi:

"Euclides da Cunha e Lima Barreto, com todas as diferenças que os separam, podem ser vistos como consciências críticas da vida literária e intelectual da época"⁷⁵.

Sobre Lima Barreto, inclusive, a professora Margarida de Souza Neves avalia que *"Lima Barreto, talvez como nenhum outro escritor de seu tempo, traz para seus romances, contos e*

⁷³ Veríssimo, José. *História de Literatura Brasileira*. p. 281.

⁷⁴ El Far, Alessandra. *A encenação da imortalidade*. RJ: FGV, 2000, p.68.

⁷⁵ Lippi, Lúcia Oliveira. *A questão nacional na Primeira República*. SP: Brasiliense, 1990, p. 116.

*crônicas o universo dos pobres e dos subúrbios que se ocultava nos desvãos da capital da ordem e do progresso*⁷⁶".

Antônio Candido, contudo, classifica a literatura brasileira feita de 1900 a 1922 como de "permanência" porque:

*"Conserva e elabora os traços desenvolvidos depois do Romantismo, sem dar origem a desenvolvimento novos (...), mais de busca de equilíbrio que de ruptura, estagnada (...) Uma literatura satisfeita, uma literatura sem angústia formal, sem rebelião, nem abismos. (...) Sua única mágoa é não parecer de todo européia; seu esforço mais tenaz é conseguir pelo equilíbrio e harmonia, o academicismo*⁷⁷".

Continua ele, sobre a literatura desta fase:

*"Produto típico do momento do romance ameno, picante, feito com alma de cronista social para distrair e embalar o leitor (...) É o que se poderia chamar de naturalismo acadêmico, fascinado pelo classicismo greco-latino já diluído na convenção acadêmica, européia, que os escritores procuravam sobrepor às formas rebeldes da vida social do Novo Mundo*⁷⁸".

Embora Antonio Candido reconheça que Euclides da Cunha e Lima Barreto tenham feito uma literatura diferente daquela da maioria, ele considera que o primeiro possuía "um desequilibrado verbalismo"⁷⁹ e o segundo "uma ironia superficial"⁸⁰.

Lima Barreto observou a cidade do Rio de Janeiro e os que nela viviam no cenário da Primeira República. Usa muito da ironia, do deboche, muito próximos da caricatura, para tratar destes temas (Figueiredo, 1995, pp. 21-23).

⁷⁶ Neves, Margarida de Souza de. *Os cenários da República*. 2003, p. 21.

⁷⁷ Cândido, Antonio. *Literatura e Sociedade*. SP: Nacional, 1980, p. 113.

⁷⁸ Idem, p. 115.

⁷⁹ Idem, p. 115

⁸⁰ Idem, 115.

Muitos de seus críticos consideravam, inclusive, que a ironia desqualifica e torna superficial seu trabalho. Mas a ironia, a nosso ver, e, a partir do estudo que fizemos com base nas análises de Carmem Figueiredo sobre o tema na obra de Lima Barreto, estaria dentro de um projeto do autor de dessacralizar a literatura, tornando-a acessível a qualquer um e não atrelada ao projeto neoclássico de rebuscamento e torvelinho tão ao gosto de outros escritores de seu tempo, como Olavo Bilac e Coelho Neto. Ao analisar a ironia na obra de Lima Barreto, Carmem Lucia de Figueiredo explica que:

"O riso lima-barretiano, explicado unicamente por seu teor agressivo e direto, impossibilita a compreensão da escolha do autor: dessacralizar a própria linguagem literária e transformá-la em imagem reveladora das contradições que afligiam o homem brasileiro, seu contemporâneo, vinculadas às questões próprias da cultura brasileira e da política⁸¹".

Carmem considera que o riso barretiano se aproxima da caricatura, uma forma de arte das que mais próximas estão da literatura. Pela escolha do riso e da sátira para compor personagens e episódios, Lima Barreto trabalhou:

"O conflituoso universo do Brasil republicano, representado por seus políticos, intelectuais, burocratas e pela gente pobre dos subúrbios, das cidades e das lavouras, no campo, que possuíam, em comum, o distanciamento e a incompreensão dos ideais formadores do sonho republicano defendido nas escolas, nas academias, nos clubes, nos salões⁸²".

⁸¹ Figueiredo, Carmem Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. RJ: Tempo Brasileiro, 1985, pp 24.

⁸² Idem, p. 25.

Álvaro Marins, autor de *Machado de Assis e Lima Barreto, da Ironia à Sátira*, considera que Antonio Candido foi um tanto rigoroso com Lima Barreto. Marins contra-argumenta que um dos pontos centrais da qualidade da obra de Lima foi o humor:

"Ocorre que o combate travado por Lima Barreto contra o discurso de corte acadêmico nunca se localizou no campo do adversário, aquele das discussões pseudo-eruditas e estéreis. (...) Ele sabia também que a norma era um dos elementos-chave do sistema de exclusão estabelecido pela elite dominante na República Velha, e um de seus instrumentos mais eficazes e percebe a força do comentário sardônico, da caricatura, da sátira. (...) Lima é um dos maiores humoristas da literatura brasileira⁸³".

Ao tratar sobre o humor, o escritor argentino Julio Cortázar, analisa que:

"Todas as frases do humor têm esse elemento do absurdo, de coisa que não funciona muito dentro de uma lógica aristotélica. (...) Eu me defendia de situações bastante penosas mediante o recurso do humor. (...) O lúdico não é um luxo, algo agregado ao ser humano, que pode ser útil para divertir: o lúdico é uma das armas centrais pelas quais o ser humano se conduz ou pode se conduzir pela vida afora⁸⁴".

A nosso ver, Afonso Henrique de Lima Barreto carregou uma inquietação permanente, voltada para os problemas da identidade nacional e das contradições sociais e usou a verve da ironia para pontuar as deformações da Primeira República brasileira. O conteúdo político de seus escritos calca-se na observação, na reflexão e deságua na literatura que faz, pois a obra de arte internaliza o campo do poder e das disputas e conflitos que o

⁸³ Marins, Álvaro. *Machado de Assis e Lima Barreto – Da Ironia à Sátira*, p. 46.

⁸⁴ Apud. Prego, Omar. *O Fascínio das palavras, entrevistas com Julio Cortazar*, p.126.

poder traz. Pôr a literatura que fazia a serviço da transformação social e política da sociedade: era este seu lema.

Comenta Francisco Barbosa:

"Para Lima Barreto, a Literatura era a expressão de um momento da sociedade e não poderia dela permanecer desligada⁸⁵".

O escritor atua no liame entre estética e política, sobretudo aqueles que têm na palavra, na linguagem, na literatura, seu instrumento de trabalho e inspiração (Candido, 2004, p. 178).

Todo texto literário guarda uma função sociopolítica e o escritor, por sua vez, durante este ato solitário de criação, vale-se da reflexão sobre seus principais instrumentos de trabalho: a linguagem, a literatura e a função social desta. E o escritor se torna um *político das letras* na medida em que tenta traduzir os anseios e expectativas de dado momento histórico. A tal respeito, Silviano Santiago considera que:

"O escritor concentra pois toda a sua energia na busca envolvente de uma postura sociopolítica correta e no mapeamento de problemas concretos ocasionados pelos descaminhos da sociedade e do governo dos homens⁸⁶".

A questão com a qual se bate Lima Barreto em suas obras é a da legitimação da solidariedade num mundo em crise, em que o saber e o poder se configuram como um discurso científico prepotente e superior na manutenção de uma ordem que se

⁸⁵ Barbosa, Francisco de Assis de. *Lima Barreto e a reforma na sociedade*. RJ: 1987, p. 25.

⁸⁶ Santiago, Silviano. *Vale quanto pesa*. RJ: Paz e Terra, 1982, p. 130.

perpetua há tempos. De todas as atividades humanas, Lima Barreto atribuía à arte e, em particular, à literatura, essa missão de unir os homens acima de todas as diferenças (Sevcenko, pp. 183-185). É nesse sentido que Lima Barreto tenta desarticular, com sua ironia (Figueiredo, 1995, pp. 21-23), com sua linguagem aparentemente descuidada, discursos que legitimam formas de saber e de poder e, por isso, foi um apaixonado pelo ofício de escritor e pelo fato de fazer literatura, um tipo de literatura dito militante (Barbosa, 1972, pp. 25-26). Diz-nos Lima:

*"Eu quero ser escritor porque quero e estou disposto a tomar na vida o lugar que colimei. Queimei meus navios, deixei tudo, tudo, por essas coisas de letras. (...) por mais que não queiram, sou um literato e o que toca às coisas das letras não me é indiferente"*⁸⁷.

De acordo com Francisco de Assis Barbosa, Lima considerava ter uma profissão de fé: a de escritor e estava convencido de que a literatura era:

*"A única força capaz de levar a compreensão a todos os homens, sonhando com a Pátria Estética, em que se resumia afinal, toda a cosmovisão desse grande e atormentado visionário. Para ser mais explícito, convém reproduzir as próprias palavras de Lima Barreto:... 'o homem, por intermédio da arte, não fica adstrito aos preconceitos e preceitos do seu tempo, de seu nascimento, de sua pátria, de sua raça; ele vai, além disso, mais longe que pode, para alcançar a vida total do universo e incorporar sua vida no mundo'"*⁸⁸.

Lima Barreto compreendia o papel do escritor como o do intelectual engajado, utilizando a literatura como meio de militância e de combate político, não somente um produto estético, mas também ideológico, que pudesse tratar das

⁸⁷ Barreto, Lima. *Impressões de Leitura*. SP: Brasiliense, pp. 10-11.

⁸⁸ Barbosa, Francisco de Assis. *Lima Barreto – Romance*. RJ. Agir, p. 6.

aflições da humanidade. Lima Barreto quis ser – e foi – “o *literato combatente, engajado e comovente*⁸⁹”.

E qual é o sentido do engajamento? Quem responde é Benoit Denis:

*"Tratando-se de literatos e de literatura, percebe-se imediatamente que o que está em causa no engajamento é fundamentalmente as relações entre o literário e o social, quer dizer, a função que a sociedade atribui à literatura. Escritor engajado é aquele que assume uma série de compromissos com a coletividade (...) Colocar em penhor, fazer uma escolha e estabelecer uma ação: eis os três componentes semânticos essenciais que determinam o sentido de engajamento"*⁹⁰.

A literatura engajada e seu escritor põem à mostra de forma permanente a ética, aplicando-a ao fato literário ele mesmo, pois *escrever literatura* é um ato público, político, não se estando diante somente da arte pela arte. Do deleite, apenas (Denis, 2001, p. 55).

Ou ainda, como considera Osman Lins, sobre o que era e o que representava o sentido de engajamento da literatura para Lima Barreto:

"Literatura não era para ele apenas expressão, mas sobretudo comunicação e comunicação militante (...), em que o autor se engaja, tão ostensivamente quanto possível, com suas palavras e o que elas transportam a mover, demover, comover, remover e promover. A escrita

⁸⁹ Machado, Maria Cristina. *Lima Barreto, um pensador social na Primeira República*. SP, 2002, p.60.

⁹⁰ Denis, Benoit. *Literatura e Engajamento*. SP, Edusc, p.32.

*para ele era, antes de tudo, um instrumento. Lúcida sem que isto signifique desinteresse pelos problemas expressivos*⁹¹".

Assim, a obra de Lima Barreto estaria centrada:

*"(...) na denúncia do que considerava a decadência moral e intelectual dos 'falsos modernos', transparente na competição desenfreada, no arrivismo reinante, no conflito bestial entre homens sem a marca da solidariedade*⁹²".

Como considera Maria Alice Rezende, o compromisso ético do autor reside, portanto, num futuro ideal, que "*possa regenerar o presente*⁹³".

Ao afirmar que deixa tudo pelas letras e que o que for relativo a elas é sua missão Lima Barreto está refletindo sobre o próprio instrumento que utiliza: a literatura (Barreto, 1956, p. 10). O escritor concentra toda a sua energia no seu ofício e no produto de seu ofício, a obra literária. Neste sentido, a literatura representa:

*"O aspecto orgânico da civilização (...), uma tradição no sentido completo do termo, isto é, a transmissão de algo entre os homens e o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento e ao comportamento, e aos quais somos obrigados a nos referir, para aceitar ou rejeitar. Sem esta tradição, não há literatura como fenômeno da civilização*⁹⁴".

E será assim que, então, literatura e escritor se tornam mais políticos (Denis, 2001, 61) porque irão interpretar os anseios profundos de sua época e de outras épocas que estão

⁹¹ Lins, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. SP: Ática, p. 18.

⁹² Rezende, Maria Alice. *Quatro vezes cidade*. RJ: Sette Letras, 1994, p. 37.

⁹³ Idem, p. 38.

⁹⁴ Candido, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. BH: Itatiaia, 1981, p. 24.

coladas à dele e a outras épocas que vão surgir, e as ideologias de cada uma destas épocas. Este escritor e a literatura que produz serão capazes de decodificar e de recodificar a palavra, a linguagem (ou linguagens), instrumentos sociais por excelência (Sartre, 2004, pp. 18-19).

O filósofo Jean-Paul Sartre, que tratou historicamente dos significados e funções da literatura engajada, afirma que:

"O escritor engajado sabe que a palavra é ação (...) sabe que ele é o homem que nomeia e que as palavras são pistolas carregadas, (...) sabe que as funções do escritor e da literatura engajada são fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele (...) porque o homem é o meio pelo qual as coisas se manifestam e um dos principais motivos da criação artística é nos sentirmos essenciais em relação ao mundo"⁹⁵.

A literatura engajada procura a política porque é neste terreno que:

"a visão do homem e do mundo da qual a literatura engajada é portadora se concretiza. Também o escritor engajado é, por fim, raramente ligado a um partido e se sente muito pouco como porta-voz de uma doutrina política; seus textos, antes, manifestam as contradições e as dificuldades de uma empreitada onde a política, avaliada pelo lado moral, aparece freqüentemente, mais como um mal necessário do que como uma escolha positiva"⁹⁶.

A concepção de literatura para Lima Barreto é aquela claramente engajada no humano, no social, no político e no militante. Acredita o autor que a obra de arte, no caso a

⁹⁵ Sartre, Jean-Paul. *Que é literatura?*. SP, Atica, 2004, p. 34.

⁹⁶ Denis, Benoit. *Literatura e engajamento*. SP, Edusc, 2004, p. 32.

literária, possui uma especial serventia: a de engrandecer a humanidade. Escreve Eliane Vasconcelos:

"Tal maneira de Lima Barreto pensar a literatura está bem de acordo com sua prática literária, no conto, no romance e na crônica (...). Há claramente um sentido de participação social da literatura nos seus escritos⁹⁷".

E o tema mais recorrente de Lima Barreto é o próprio homem, na condição de ator político. Nas linhas e entrelinhas de seus escritos há um senso vivo de humanidade e de sua visão política de literatura. Sua argumentação se constrói a partir da observação de jogos de poder, relações políticas e suas conseqüências na sociedade, baseadas nas condições de meio e de tempo. (Barbosa, 1972, pp. 31-32).

Nos estudos que fizemos para este trabalho, observamos que, ao falar do homem, Lima Barreto aponta a dimensão política deste homem e como se dá a relação entre ambos, em um tempo denominado República Velha, mostrando os males da ordem perturbada, do caos dos primeiros anos republicanos, montando perfis bem acabados de vilões: os políticos e sua política, por intermédio da literatura e da crônica literária porque, para ele, a literatura:

"(...)explicou e explica a dor dos humildes aos poderosos; ela faz compreender uns aos outros, as almas dos homens das mais desencontrados nascimentos, das mais dispersas épocas, das mais diversas raças; ela se apieda tanto do criminoso, do vagabundo, quanto de Napoleão prisioneiro ou Maria Antonieta subindo à guilhotina⁹⁸".

⁹⁷ Vasconcellos, Eliane. *Lima Barreto – Prosa Seleta*. RJ, Nova Aguilar, 2001, p. 43.

⁹⁸ Barreto, Lima. *Impressões de leitura*. SP: 1956, p. 67.

Lima Barreto demonstrou aspectos políticos da vida de uma nação em fase rica de transformação, observando de forma aguçada o comportamento humano, seus conflitos, abordando a natureza do governo, dos governantes e dos governados, de forma a marcar, todo o tempo, suas reflexões como pensador político (Silva, 2006, p. 49), que observa, absorve e reflete, para depois recodificar na multiplicidade da literatura, uma literatura cuja linguagem está muito próxima da rapidez e da objetividade da reportagem.

Muitas vezes criticado por seus pares justamente por haver preferido uma linguagem mais próxima do jornalismo (mais simples, direta e sem grandes quebras frasais, menos coalhada de elementos de subordinação), Lima Barreto, na verdade, utiliza um tipo de linguagem que seria considerado o ideal da literatura engajada, pois constrói, grosso modo, sua literatura em função do jornalismo e da reforma social. *"Não o jornalismo segundo os padrões atuais, mas um jornalismo de reflexões sobre fatos, coisas e homens, escritas em artigos, em crônicas e estudos de crítica literária"*⁹⁹.

Segundo Benoit Denis:

*"de todas as formas de escritura, aquela do jornal é talvez a que 'se cola' o mais estreitamente ao acontecimento, aquela que se encontra com relação a ele na maior imediatidade"*¹⁰⁰.

Silviano Santiago considera, inclusive, que está neste tipo de linguagem a qualidade do texto de Lima Barreto:

"(...)Lima Barreto - legitimamente popular na sua escrita não prima, é claro, por 'ganchos' audaciosos. (...) É por aí que se deve

⁹⁹ Aiex, Anoar. *As idéias literárias de Lima Barreto*. SP. Vértice, p. 7

falar da qualidade popular do texto de Lima Barreto. A posição isolada e intrigante de Lima Barreto explica-se pelo fato de ele ter assumido uma estética popular numa literatura como a brasileira, em que os critérios de legitimação do produto ficcional foram sempre os dados pela leitura erudita. (...) Não se comprometendo portanto com a má fé erudita diante de um texto popular; os escritos de Lima Barreto se legitimam através de núcleos repetitivos que fazem o prazer dos leitores comuns e o desespero dos leitores críticos¹⁰¹".

Entre estes leitores críticos, está Alceu Amoroso Lima. Ao tratar de Lima Barreto em seu livro *Quadro Sintético da Literatura Brasileira*, Amoroso apresenta Lima Barreto ao leitor, fazendo uma comparação entre este e Machado de Assis:

"Lima Barreto, romancista carioca genuíno, como Machado de Assis, era, ao contrário deste, um escritor popular, aparentemente desleixado ao escrever, mas de estilo muito sugestivo, que nos deixou, com uma ironia toda sua, uma série de quadros de costumes locais e nacionais¹⁰²".

Lima Barreto não terá sido o único autor a fazer literatura engajada e militante, que indicasse um projeto estético alternativo, com desdobramentos, interpretações e tentativas de respostas para as inquietações político-sociais de seu tempo. Ângela de Castro Gomes trata com muita clareza, a respeito. Ao falar do estreito vínculo entre política e intelectuais, ela postula que existe uma dimensão política nas propostas estéticas construídas por intelectuais, "na medida em que, como produtores de bens simbólicos, estão sempre elaborando interpretações da realidade social, que têm uma

¹⁰⁰ Denis, Benoit. *Literatura e engajamento*. SP, Edusc, 2004, p. 39.

¹⁰¹ Santiago, Silviano. *Vale quanto pesa*. RJ: Paz e Terra, 1982, pp 166 -167.

¹⁰² Lima, Alceu Amoroso. *Quadro Sintético da Literatura Brasileira*. RJ: Edições de Ouro, s/d., p. 63

*dimensão de diagnóstico e outra de prognóstico com significativo poder de comunicação social*¹⁰³”.

Castro Gomes vai ainda mais a fundo na questão, ao considerar que é a própria atividade intelectual que se constitui e vincula a este projeto político literário do autor, ou seja, que estabelece o vínculo entre arte e política.

Contudo, o que, a nosso ver, fornece certo diferencial à obra de nosso autor é o que Silviano Santiago considerou como o uso de um texto mais popular, que tratasse de política e políticos, por intermédio da literatura, numa época em que boa parte dos escritores brasileiros escolhia a erudição e a superficialidade como temas de real importância.

Por outro lado, não se pode também ignorar que Lima Barreto está irremediavelmente marcado, nas palavras de Ângela Gomes, por “*uma dupla e contraditória inscrição social*”¹⁰⁴. Ora, embora atacasse políticos de seu tempo com palavras irônicas, Lima Barreto era funcionário público do Ministério da Guerra. Só se sente à vontade mesmo, após se aposentar. Este intelectual, então, era um dos que, como bem lembra Ângela Gomes:

“(...) possuiria um estreito vínculo com o Estado, pois seria com muita frequência um funcionário público, o que o impregnaria de um misto de dependência e desprezo por ‘seu patrão’ (...) E por não conseguir o reconhecimento social ou ascender às altas esferas do poder político (...) acabaria por ‘eleger a rua’, como seu lócus de sociabilidade por excelência, tendo na vida boêmia e na convivência com a população marginal um de seus traços definidores”¹⁰⁵.

¹⁰³ Gomes, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio- Modernismo e Nacionalismo*. RJ: FGV, 1999, p. 19.

¹⁰⁴ Idem, p. 24.

¹⁰⁵ Idem, p. 24.

Está acima traçado por Ângela Gomes o perfil do intelectual Lima Barreto: pobre, ignorado pela dita elite literária que freqüentava a ABL, funcionário pequeno. Alcoólatra, tropeçava pelas ruas, desprezava seu patrão, o Estado. Sem reconhecimento em vida, Lima Barreto enfrentou bons obstáculos para dar vazão à sua expressão criadora e à sua opção de se casar com a literatura. Ao morrer, sua irmã Evangelina o encontrou sobre a cama, abraçado a seus livros (Barbosa, 1952, p. 334).

O caráter político e social da literatura, da obra de arte, apresenta-se de duas formas: uma delas está na ação de fatores os mais variados sobre o meio em que se vive e do qual se pode tratar a obra. A outra forma se dá pelo fato de a obra de arte provocar em nós um efeito de ordem prática, que modifica nossa conduta e nossa visão do mundo, conseguindo reforçar em nós o sentimento dos valores sociais, graças a elos indissolúveis que se comunicam entre si, quais sejam: o escritor, a obra de arte e o público.

As primeiras manifestações que expressavam um sentido político surgidas em Portugal, na França, na Espanha, por exemplo, eram orais. Eram canções de amigo, de amor, de conflitos e disputas de poder, que foram registrados pela literatura, que tinha por significados escrever, escrita (Lajolo, 1982, p. 30).

Escritos políticos do homem estavam registrados, então, para a leitura e conhecimento da posteridade porque:

"A obra literária é um objeto social. Para que ela exista, é preciso que alguém a escreva e que o outro a leia. Ela só existe enquanto obra neste intercâmbio social"¹⁰⁶.

Não à toa, a obra literária e sua estrutura voltam-se para a problemática existencial do homem. A literatura é instrumento de evasão. É sistema simbólico de comunicação entre os indivíduos: transmite o singular, mediante a intervenção especial do autor, em uma linguagem somente sua, que trata, sempre e recorrentemente, do homem.

"A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade, na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante"¹⁰⁷.

A literatura trata das questões relacionadas a este homem, suas relações com amor, morte, com a família, a sociedade, o estado. Os escritores falam destas questões, amparados pela literatura, meio de conhecimento, produzido por uma linguagem específica, que é particular ao homem (Candido, 2004, p. 180).

A literatura é feita pelo homem e para o homem, num processo de representação do real. Por isso a literatura é uma semiose – processo de significação que se condensa ao valor artístico, que se aprofunda na articulação do texto literário com a História. A literatura confronta o ser humano com a História e a estrutura social porque mostra o não-pronunciado, o não-dito na História, o não-dito da política (Portella, 1979, pp. 162-163).

A literatura pode analisar o mundo histórico e político em sua imediatez. Mas ao atuar também no valor do simbólico, na

¹⁰⁶ Lajolo, Marisa. *O que é literatura?* SP: Brasiliense, 1982, p. 16.

linguagem específica da arte, desencadeando seus próprios significados, aponta para o que está latente no processo histórico-político-social e multiplica sua função (Idem, p. 163).

A narrativa do romance, da crônica (nosso principal objeto de estudo nesta dissertação e que será tratado mais especificamente no capítulo seguinte), da reportagem, são objetos de nossa civilização ocidental, são significações. Muniz Sodré afirma que:

"A arte literária produz a sua significação de um modo tal que se abram caminhos para a percepção de dissimulação e da mistificação operadas por um código, a língua, a linguagem, com relação ao mundo (...) Percebe-se, assim que a semiose literária transcorre num grau diferente da produção significativa do plano da língua. A semiose literária pertence, na verdade, a um segundo grau, que tem na língua (o discurso da ideologia) o seu plano de expressão, sua matéria-prima¹⁰⁸".

A literatura aglutina em seu interior a ideologia do escritor, o conteúdo social das obras e a sua influência na sociedade. Uma de suas funções é a representação do real, a de transpor este real para o campo da ilusão, por intermédio da linguagem, do signo: criações sociais e, ambos, matérias-primas da literatura. Carregam em si cultura, ou melhor, heranças culturais. E, como dizíamos, pelo fato de a literatura estar ligada ao real – para poder transpô-lo – ela trata e atua diretamente sobre o homem, a partir da linguagem que este articula, pois a obra literária, esclarece melhor Vitor Manuel de Aguiar e Silva:

¹⁰⁷ Candido, Antonio. *Vários escritos*. SP: Ouro sobre Azul, 2004, p. 180.

¹⁰⁸ Sodré, Muniz. *Semiologia e Literatura*. RJ. Tempo Brasileiro, 1979, p. 162.

"Constitui uma estrutura verbal que deve ser estudada (...), mas essa estrutura, pelo simples fato de ser verbal, é portadora de significados que, embora autônomos do ponto de vista técnico-semântico, se reportam mediatamente à problemática existencial do homem¹⁰⁹".

A literatura expressa a realidade, ao mesmo tempo em que transforma esta realidade durante o processo de criação (e depois dele). Neste sentido, é social e é política. Reflete a respeito Antonio Candido:

"A função da literatura está ligada à complexidade de sua natureza, que explica inclusive seu papel contraditório, mas humanizador. (...) A literatura desenvolve em nós a cota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (...) é aí que a literatura satisfaz, (...) é aí que se situa a literatura social, na qual pensamos quase exclusivamente quando se trata de uma realidade tão política quanto humanitária¹¹⁰".

Continua ele:

"Disso resulta uma literatura empenhada, que parte de posições éticas, políticas, religiosas ou simplesmente humanísticas¹¹¹".

A literatura, tal qual a via Lima Barreto, conserva um determinado tipo especial de conhecimento de particularidades específicas, que agrega posições éticas, políticas e humanitárias. Em seus escritos, com sua literatura, oferece ao leitor um registro privilegiado da história das idéias e da memória política de uma era: a República Velha (Sevcenko, 1983, pp. 210, 211).

¹⁰⁹ Silva, Vitor Manuel de. *Teoria da Literatura*. Coimbra. Almedina, 1979, p.138.

¹¹⁰ Candido, Antonio. *Vários Escritos*. SP: Ouro sobre azul, 2004, p. 181.

¹¹¹ Idem, p. 181.

A literatura pode, sim, ser também tratada como um documento da história das idéias, como um documento político, da memória política, no caso deste estudo, da crônica. Ou melhor, da crônica política que fazia Lima Barreto. René Wellek e Austin Warren, ao se debruçarem sobre o tema, comentam:

"Pretende-se sustentar que a literatura traz um conhecimento daquelas particularidades que não são de conta da ciência nem da filosofia. (...) A peça Othello não versa sobre o ciúme, mas sim o ciúme de Othello, a particular espécie de ciúme que poderia sentir um mouro casado com uma veneziana¹¹²".

Utilizando as análises de Wellek e Warren, pode-se afirmar que, quando Lima Barreto escreve, ele se empenha em pôr em debate questões sociais e políticas de seu tempo, temas candentes, que protagonizam seus textos. Quando Lima Barreto reclama e ataca a República, no fundo, o que deseja é encontrar respostas para o funcionamento ideal do sistema político republicano, na literatura, com a linguagem da literatura. Este também é o entendimento de Nicolau Sevcenko. Ao tratar de Lima Barreto e Euclides da Cunha em sua obra *Literatura como missão*, ele pontua que:

"Euclides e Lima traziam o timbre dos novos rumos inaugurados com a República. Reproduziam intensamente aquela herança recebida. (...) O novo momento exigia medidas concretas, propostas práticas: amansar o terreno úbere que a Abolição e a República expuseram. (...) Que rumo dar à sociedade republicana, orientá-la ao redor de quem? (...) Os autores iriam responder a estas questões não tanto através da literatura, mas na literatura. Espoliados que foram pelas elites vitoriosas, aferram-se ao último recurso, fazendo da literatura

¹¹² Wellek, René e Warren Austin. *Teoria da Literatura*. Portugal: Publicações Europa América, s/d, p. 35.

*instrumento e fim da sua ação. É nela por isso, na literatura, que deixarão o registro de sua missão*¹¹³".

Sevcenko considera que a obsessão (o termo é dele) de Lima Barreto era com a comunhão entre os homens, sobre que caminhos trilhar para chegar à solidariedade. A resposta, recorrente, é sempre a mesma: o caminho da literatura.

*"Sua pretensão é dispor da literatura, capaz de recuperar e estabelecer em definitivo a solidariedade entre os diversos grupos sociais e mesmo entre as várias sociedades*¹¹⁴".

Ao fundo dos textos de nosso autor, há sempre imperativos éticos, solidários, sociais, pois seu modelo do governante ideal seria aquele que possuísse *"lisura moral, desprezo pela impostura e apreço pelo talento legítimo*¹¹⁵".

Imbuído do que considerava sua missão, de um sentimento de militância e engajamento, Lima Barreto fazia um tipo de literatura de alto grau de complexidade, segundo nota Sevcenko:

*"Sua literatura era pois um instrumento extremamente complexo, condensando uma gama tão variada de funções como raramente ocorre com esta forma cultural. Atuava simultaneamente como veículo de arte, reflexão, saber, crítica, reforma, instrução, ética, sonho e esperança. (...) Desse modo, a literatura, por efeito de linguagem, acabava oferecendo a solução simbólica para a crise, pelo próprio fato de consumir e uniformizar os antagonismos de que ele se nutria. (...) Por isso, produzir literatura era um ato de inconformismo*¹¹⁶".

Vitor Manuel Aguiar aponta, porém, uma distinção entre duas correntes do campo da literatura: uma formal e outra dita moral, que, ao longo do tempo, vêm se opondo acerca de qual seria a real e melhor função da literatura. Explica ele:

¹¹³ Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão*. SP: Brasiliense, 1983, p. 127.

¹¹⁴ Idem, p. 183.

¹¹⁵ Idem, p. 191.

"(...) Ao longo da história têm-se oposto duas teorias fundamentais acerca da funcionalidade (e da natureza) da literatura: uma teoria formal e uma teoria moral. Os adeptos da primeira consideram a literatura como um domínio autônomo, regido por normas e objetivos próprios; os defensores da segunda entendem a literatura como uma atividade que deve ser integrada na atividade total do homem (política, social, etc.). Os partidários da concepção formal insistem no que é a obra literária, apresentando-a como artefato verbal (...); os partidários da teoria moral ocupam-se antes com tudo aquilo que e para que serve a obra literária. (...) Podem estas teorias, no entanto, coexistir em graus diferentes de equilíbrio¹¹⁷".

A literatura de Lima Barreto, em nosso entender, seria a da coexistência entre as duas concepções aludidas por Vitor Manuel: a que pleiteia haver estreita e concreta conexão com instituições sociais transmitidas ao mundo, pelo fio condutor da estética; e aquela que preceitua sua existência ancorada na função social ou na utilidade de sua existência. Utilidade que não pode ser individual, mas coletiva, visto a grande maioria dos temas por ela suscitados – em maior ou menor grau – serem questões sociais, sobretudo aquelas relativas a tradições, convenções, normas, gêneros, mitos, símbolos, formas e tratos de poder.

Esta relação que vem se defendendo neste estudo entre literatura e política é elaborada pelo escritor/literato, num exercício de ourivesaria, em que ele se apropria da realidade – e a reinventa – a partir de sua própria linguagem, ou melhor, de uma estética especialmente sua de linguagem. Fala-nos sobre esta ligação visceral Antonio Candido:

¹¹⁶ Idem, pp 245-246.

¹¹⁷ Silva, Vitor Manuel de. *Teoria da Literatura*. Coimbra, Almedina, 1979, p. 137.

"Isto quer dizer que o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um papel social, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas de leitores ou auditores. A matéria e a forma de sua obra dependerão em parte da tensão entre as veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público¹¹⁸".

Por isso a literatura (em nosso caso aqui, também a crônica, que consideramos um produto literário) é um produto cultural atemporal, além de se configurar em um sistema vivo de obras, pois age sobre outras obras, em qualquer tempo. Ainda Antonio Candido:

"A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estas a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é um produto fixo, unívoco ante qualquer público. (...) São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo¹¹⁹".

O entrelaçamento político-literário nas crônicas de Lima Barreto, nas análises conjunturais que apresenta, é fonte fecunda de pesquisa e de estudo para a compreensão do sistema político brasileiro. Eis o que pensa ele sobre a função da obra literária no Brasil:

¹¹⁸ Candido, Antonio. *Literatura e Sociedade*. SP, Companhia Editora Nacional, 1980, p. 78.

"O Brasil é mais complexo, na ordem social econômica, no seu próprio destino (...) E é dele que a nossa literatura deve tratar, da maneira literária. (...) Em vez de estarmos aí a cantar cavalheiros de fidalguia suspeita e damas de uma aristocracia de armazém por atacado, porque moram em Botafogo ou Laranjeiras, devemos mostrar nas nossas obras que um negro, um índio, um português ou um italiano se podem entender e se podem amar, no interesse comum de todos nós. A obra de arte, disse Taine, tem por fim dizer o que os simples fatos não dizem. Eles estão aí, à mão, para nós fazermos grandes obras de arte. (...) Hoje, quando as religiões estão mortas ou por morrer, o estímulo para elas é a arte. Sendo assim, eu como literato aprendiz que sou, cheio dessa concepção, venho para as letras disposto a reforçar esse sentimento com as minhas pobres e modestas obras. (...) O termo 'militante' de que tenho usado e abusado, não foi pela primeira vez empregado por mim. O Eça, por quem não cesso de proclamar a minha admiração, empregou-o, creio que nas *Prosas Bárbaras*, quando comparou o espírito da literatura francesa com o da portuguesa¹²⁰".

Ainda Lima Barreto:

"A importância da obra literária que se quer bela, sem desprezar atributos externos da perfeição da forma, de estilo, de correção gramatical, de ritmo vocabular, de jogo de equilíbrio das partes em vista de um fim, de obter unidade na variedade, uma tal importância (...) deve residir na exteriorização de um certo e determinado pensamento de interesse humano, que fale do problema angustioso do nosso destino, em face do infinito mistério que nos cerca e aluda às questões de nossa conduta na vida¹²¹".

Tal qual muitos literatos de seu tempo, Lima Barreto escreveu sobre o homem deste tempo, por intermédio de suas crônicas e romances, por intermédio da literatura. Observou,

¹¹⁹ Idem, p. 87.

¹²⁰ Apud Resende, Beatriz. *Lima Barreto Toda Crônica*. RJ, Agir, p. 177..

¹¹⁰ Idem, p. 120.

refletiu e devolveu de uma forma particular, em uma linguagem particular, o ambiente moral, intelectual, seu conteúdo político e social de seu tempo, estando ele próprio inserido neste tempo, membro desta sociedade da qual ele trata. Possuidor de uma condição social específica e de um público específico, por mais hipotético que este público pudesse ser, ou públicos, como preferem Wellek e Warren, porque, consideram que "(...) até mesmo o patrono aristocrático de um escritor é um público¹²²".

Lima Barreto, em suas crônicas com enfoque político, social e com o uso de uma linguagem mais direta, irônica e popular, tornou sua obra imprescindível para a compreensão do *ethos* da política da Primeira República brasileira. Afonso Henrique de Lima Barreto viveu em contexto marcado por transformações substanciais, relacionadas à configuração da sociedade capitalista no Brasil. Escreve Maria Cristina Teixeira Machado:

"Coube a Lima Barreto um mérito muito singular para a literatura da época: o de ter introduzido na literatura brasileira a temática social de modo crítico, visualizando a compreensão do fenômeno social de modo singular e enlaçada a um profundo sentimento de humanidade decorrente de seu drama social¹²³".

A leitura dos textos literários de Lima Barreto, sobretudo suas crônicas, vai nos mostrar o cotidiano do limiar do século XX, da própria cidade e dos cidadãos desta cidade, como protagonistas de sua obra. Caldo de cultura, meio social e político, que nos propiciam compor um retrato crítico da

¹²¹ Barreto, Lima. *Impressões de leitura*. SP: Brasiliense, 1956, p.p. 18-19).

¹²³ Machado, 2002, p. 69.

sociedade brasileira na encenação da República Velha (Barbosa, 1972, p. 32). Atento à vida pulsante da cidade do Rio, monta seu mosaico político-literário. O historiador Joel Rufino dos Santos analisa que Lima Barreto foi:

"o atento acompanhante dos acontecimentos políticos de seu tempo (...) o que lhe permitiu enxergar a dimensão social de certos fenômenos, o que o levou a criar situações e ambientes típicos¹²⁴".

¹²⁴ Santos, Afonso Carlos Marques et alli, 1981, p. 37.

3º CAPÍTULO
CRÔNICA E POLÍTICA

O termo crônica vem do grego e se relaciona a tempo: chrónos. A historiadora Margarida de Souza Neves comenta que:

"Esta referência ao tempo está presente na própria etimologia do termo definidor do gênero, que revela sua função de escrita do tempo, ao tomar de empréstimo o nome da divindade grega 'Cronos', o terrível filho de Urano (o Céu) e Gaia (a Terra), devorador de seus filhos, que aparece em certas alusões mitológicas como a personificação do tempo¹²⁵".

A crônica designava e descrevia um rol de acontecimentos ordenados na marcha e na linha do tempo, em ordem cronológica. Atinge seu apogeu depois do século XII. Mais adiante, no período do Renascimento, muitas vezes o termo era usado como sinônimo de 'História' (Moisés, 1978, p. 133).

No século XIX, a crônica perde este cunho historicista, ganha um sentido mais literário (idem, p. 134), no qual, a nosso ver, incluem-se as crônicas de Lima Barreto, pois representam parte de seu fazer literário e não apenas um testemunho da História. Com este sentido mais moderno e mais literário que ganha no século XIX, a crônica:

"teria sido inaugurada pelo francês Jean Louis Geoffroy, em 1800, no Journal des Débats.(...) Desde então, seu prestígio não pára de crescer e há quem identifique a crônica "com a própria Literatura Brasileira¹²⁶".

Beatriz Resende inclusive afirma que a crônica é uma modalidade de "literatura urbana¹²⁷".

¹²⁵ Neves, Margarida de Souza de. *História da Crônica. Crônica da História*. RJ: 1995, José Olympio, 1995, p. 22.

¹²⁶ Moisés, Massaud. *Dicionário de termos literários*. SP. Cultrix, p. 133.

¹²⁷ Resende Beatriz et al.. "Cronistas do Rio". RJ: José Olympio, 1995, p; 35.

No Brasil, Machado de Assis, José de Alencar, João do Rio e Lima Barreto, entre outros literatos, fizeram crônica (Resende, 1995, p. 11). Recriaram flagrantes da rua, de cenas, pessoas, acontecimentos. Sempre amparados pelo suporte da realidade os cercou (Resende, 1995, pp. 35-36).

Apesar de trabalharem todos com a mesma matéria-prima – o cotidiano – não escreveram sobre o mesmo e igual cotidiano, pois não há sequer um cronista que seja igual a outro. Tampouco duas crônicas idênticas e aí reside a singularidade do gênero, fator que faz sua grandeza, pois é a mudança constante deste cotidiano e dos temas que suscita, que determinam a maleabilidade do texto, sempre acompanhado da opinião de cada escritor-literato, que exprime sua visão do mundo, da sociedade, da política, do tempo histórico-político em que vive e do qual fala (Candido, 1992, pp. 14-15). De forma subjetiva e especialíssima, o cronista trata do que julga relevante fazer constar de sua narrativa, podendo ir até – e por que não – do preço do leite à política governamental para a agropecuária, se for o caso (Idem, 1992, p. 15).

Não por acaso, o vocábulo crônica pode ser definido como expressão literária híbrida ou múltipla porque:

*"(...) pode assumir a forma de alegoria, necrológio, entrevista, apelo, resenha, diálogo, em torno de personagens reais ou imaginários. A análise dessas facetas permite inferir que a crônica constitui o lugar geográfico entre a poesia e o conto, implicando sempre a visão pessoal, subjetiva, ante um fato qualquer do cotidiano"*¹²⁸

¹²⁸ Moisés, Massaud. *A Criação Literária*. SP. Cultrix, p. 133.

A crônica sai no jornal, veículo de informação, cultura e tempo específico, movendo-se:

"entre ser no e para o jornal (...) Difere da matéria jornalística, pois não visa à mera informação. Seu objetivo reside em transcender o dia-a-dia pela universalização de suas virtualidades latentes (...). A crônica oscila, pois, entre a reportagem e a literatura, entre o relato frio e impessoal e a recriação do cotidiano¹²⁹".

Como dito, qualquer tema – e até a falta dele – serve de assunto para a crônica que traz em si um estímulo ao debate de idéias e ideologias.

"Por isso a crônica consegue quase sem querer transformar a literatura em algo íntimo com relação à vida de cada um (...) e talvez também porque ensina a conviver intimamente com a palavra. Sob vários aspectos, a crônica é um gênero brasileiro e antes de ser crônica propriamente dita foi 'folhetim', ou seja, artigo de rodapé sobre as questões do dia – políticas sociais, artísticas, literárias¹³⁰".

O cronista dialoga de forma virtual com seu leitor (Neves, 1995, p. 19). Este diálogo repercute o estilo da crônica: direto, espontâneo, jornalístico (e literário), de imediata apreensão, mas, nem por isso, destituído de suficiente arsenal metafórico e de intertextos. Ambos com trânsito livre na literatura.

A crônica foi o gênero preferido de muitos literatos cariocas para narrar os acontecimentos ocorridos nos primeiros anos do século XX, entre eles, e principalmente, narrar sobre a República que se instaurava (Candido, 1992, p. 104). Muitos destes literatos foram simpatizantes do modelo cultural francês

¹²⁹ Idem, p. 250.

¹³⁰ Candido, Antonio. *A vida ao rés-do-chão*. SP: Unicamp, 1992, p. 14.

e duramente críticos com o que consideravam a desordem popular, vinda dos cortiços, o barulho popular, que se fazia ouvir pelas modinhas cantadas em festas populares. Analisa a respeito Margarida Neves:

"A crônica, emblematicamente inscrita no pavilhão republicano, passa a ser vista como a mais sintética das reformulações de um projeto de futuro a ser implementado em todo o país e do qual a cidade do Rio de Janeiro, reformulada física e ideologicamente no início do século é capital¹³¹".

Este projeto modernizador que a República se propunha a levar a termo foi encampado por boa parte dos intelectuais de então e se transmutou na redação de:

"uma crônica mundana, que visava, a par da informação, o divertimento. A maior parte dos escritores daquela Belle Époque do Rio parecia não levar a sério a literatura¹³²".

Lima Barreto era uma das vozes dissonantes deste projeto republicano modernizador do país. Em crônica feita sobre os planos do prefeito Carlos Sampaio, Lima escreve:

"Vê-se bem que a principal preocupação do atual prefeito do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será a européia e a outra indígena¹³³".

Escreve Maria Zilda Ferreira Cury, em seu livro *Um mulato no Reino do Jambon: as classes sociais na obra de Lima Barreto*:

"Não podemos esquecer que os primeiros escritores da literatura portuguesa foram cronistas e que alguns de nossos melhores poetas hoje dedicam à crônica uma considerável parte de sua produção [e que] o jornalismo se insere em algumas das obras mais significativas de Lima Barreto como uma microrrepresentação do próprio mundo na obra

¹³¹ Neves, Margarida de Souza de. *Uma escrita no tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas*. SP: Unicamp, 1992, p. 23.

¹³² Lasinha, Luis Carlos. *A Colombo na vida do Rio*. RJ: Olímpia Editora, p. 64.

*representado, ratificando de maneira flagrante as contradições no complexo social*¹³⁴".

Lima Barreto, com o uso de uma linguagem mais próxima da oralidade, mostra ao leitor de sua crônica a ideologia dominante e o quanto estava voltado para seu tempo, para os embates e os conflitos da sociedade deste tempo, no espaço de sua cidade. Osman Lins pontua que:

*"Esses artigos e crônicas, alguns violentos, outros cheios de delicadeza e quase todos repassados de humor – revelando Lima Barreto com lentes de aumento deformantes, absurdos que um tratamento mais comedido deixaria indenes –, formam decerto um acervo de grande interesse documental e literário. Abrigam flagrantes numerosos, variados e vivos da nossa vida política e mundana do primeiro quartel de século, do nosso movimento literário (...) e das transformações ocorridas na aparência do Rio (...) e como atrativo suplementar revelam o escritor no ato de mesmo de reagir e opinar*¹³⁵".

Registrar é criar memórias da história humana, é tornar possível que cada geração se aproprie da bagagem cultural produzida ao longo de todo o desenvolvimento de nossa espécie. O registro possibilita que se revisitem fatos e idéias, que se reflita sobre cada um destes fatos e idéias, ou da história das idéias (Neves, 1992, pp 76-77).

Registrar em um especial tipo de linguagem, a literária, acessa a chave da imaginação, que lida com a rotina do homem, com suas grandezas e fraquezas. Aquele que registra e escreve, aquele que é escritor, sabe, de antemão, que seu escritos, seu registros, servirão para:

¹³³ Barreto, Lima. *Marginália*. SP: Brasiliense, 1956, p.17.

¹³⁴ Cury, Maria Zilda. *Um mulato no Reino do Jambon (as classes sociais na obra de Lima Barreto)*. SP: Cortez, p. 14.

¹³⁵ Lins, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. SP: Ática, p. 31.

"Fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e se considerar inocente diante dele. Sabe que ele é o homem que nomeia aquilo que não foi nomeado. (...) O escritor engajado sabe que a palavra é ação, ideologia, e que o uso que dela faz é político, (...) provoca indignação ou entusiasmo em seu leitor. (...) Toda obra literária é um apelo. Escrever é apelar ao leitor para que este faça passar à existência objetiva o desvendamento que empreendeu por meio da linguagem¹³⁶".

O escritor-cronista expressa-se por um discurso especial, que contém suas impressões e sua memória. Ambas estão encerradas ali, em seu discurso, como se camadas fossem, repletas de outras camadas e outras camadas, de histórias, culturas, e muitas significações para estas histórias e culturas, individuais e depois coletivas. É este escritor, sobretudo o cronista, um homem-memória, na definição de Margarida de Souza Neves:

"Cronistas (...) são 'homens-memória' e desempenham seu ofício como autores e intérpretes da memória coletiva. (...) e a crônica é um elemento constituidor de um imaginário social. (...) A crônica estabelece um curioso diálogo com o leitor, do qual dão testemunho cronistas de temporalidade distintas¹³⁷".

Ora, neste sentido, entendemos que a crônica serve à literatura militante. A crônica, ao assumir para si a tarefa de registrar o que há de pretensamente objetivo em um fato ocorrido, de forma aparentemente despretensiosa e efêmera, abre uma brecha para o olhar pessoal, o comentário pessoal, a palavra pessoal, a linguagem pessoal de seu autor. Transporta-se para o campo da subjetividade. A crônica traz em si a história de um tempo, mas a história mimetizada na cultura e na política desse tempo (Denis, 2002, pp. 93-95).

¹³⁶ Sartre, Jean-Paul. *Que é a Literatura?*. SP: Atica, 2004, pp 39-40.

Em um tempo mais adiante, outro escritor, o argentino Julio Cortázar, em uma entrevista que viraria livro, concedida ao jornalista Omar Prego, em 1984, dirá:

"Um homem dedicado à literatura de repente acrescenta, incorpora, funde preocupações do tipo geopolítico, que podem se manifestar no que escreve literariamente ou que podem ser separadas. (...) Então esse difícil equilíbrio entre um conteúdo ideológico e um conteúdo literário acaba sendo um dos problemas mais apaixonantes da literatura¹³⁷".

Neste estudo, a crônica não foi somente fonte pesquisa, mas ponto de partida para sustentar que política e literatura, pelo viés deste gênero literário, podem ser os dois lados de uma mesma moeda, trocada entre escritor e leitor. No caso das crônicas barretianas, nossa principal fonte de pesquisa, some-se o fato de ser o escritor declaradamente partidário de uma literatura militante e engajada, além de eminentemente memorialista.

"Os aspectos literários nas crônicas de Lima Barreto", diz-nos Beatriz Resende, "atravessam, cortam e recortam essa argumentação pelo uso da ironia, pela utilização da linguagem que recusa o ornamental, mas não deixa de assumir peculiaridades que fornecem estilo, pela introdução de elementos ficcionais e recursos narrativos. Eventualmente essas crônicas tomam de empréstimo o feitio de cartas ou do diálogo dramático¹³⁸".

Neste diálogo com o leitor, Lima Barreto registrou os principais acontecimentos políticos da vida republicana, com a mordacidade irônica da crítica social. Suas crônicas são um vasto painel das mudanças sociais e políticas pelas quais o

¹³⁷ Neves, Margarida de Souza de. *História da Crônica. Crônica da História*. RJ: José Olympio, pp. 30-31.

¹³⁸ Apud Omar, Prego. *O fascínio das palavras: entrevistas com Julio Cortazar*. RJ: 1991, José Olympio, 1991, p. 121.

¹³⁹ Resende, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. RJ: UFRJ, 1983, p. 94.

país passava durante o período de consolidação da República Velha. Comenta a respeito Assis Barbosa:

"É amplo o aspecto da obra do ficcionista e do jornalista, na verdade um impressionante documentário das mudanças sociais e políticas da transição de uma sociedade escravista, no entanto mais liberal, para um sistema de falsa democracia, no qual desponta uma oligarquia de caráter muito mais aristocrática que a do parlamentarismo imperial. A essa curiosa forma de governo de fazendeiros de café, capitalistas e bacharéis, muitos dos quais eram advogados dos interesses daqueles grupos privilegiados, Lima Barreto chamou plutocracia¹⁴⁰".

A crônica é uma criação literária, que guarda a particularidade de se prestar ao imediato, pois é no jornal que ela nasce e morre, para ressuscitar no dia seguinte. Esta antítese entre os sentidos provisório e, ao mesmo tempo, eterno do renascimento diário da crônica (tal qual o tempo que passa todos os dias, mas nunca acaba de passar, pois é eterno) confere característica ímpar à crônica, fazendo-a autêntica, rápida, ágil e íntima do leitor a cada dia e também depois do dia, quando a crônica se torna eterna, ao sair do jornal, para o livro. Transforma-se, então, em memória atemporal, com ares quase de conto. Mas mantém sua essência: a de tratar do homem e do que o cerca, temas sempre densos, em linguagem sem torneios (Moisés, 1992, p. 254).

As fontes utilizadas nesta pesquisa provêm de duas origens: os dois volumes de crônicas de Lima Barreto, com praticamente todas elas publicadas originalmente na imprensa e reunidas pela professora Beatriz Resende e pela historiadora Rachel Valença.

Explica Beatriz Resende:

"Enquanto não tinha acesso de forma mais profissional à imprensa, Lima Barreto registrava em seu *Diário Íntimo* as primeiras impressões que lhe causavam os acontecimentos políticos, como a Revolta da Vacina, em 1904, e praticando já um formato adequado à crônica, anotava suas visões da cidade¹⁴¹".

A outra fonte foi a própria obra de Lima Barreto, organizada por seu biógrafo Francisco de Assis Barbosa e editada em 17 volumes pela Brasiliense, em 1956 (que temos), e que engloba os livros de crônicas *Bagatelas*, primeira publicação deste gênero de Lima, *Feiras e Mafuás*, *Marginália*, *Vida Urbana*, *Coisas do Reino do Jambon* e *Impressões de Leitura*.

Resende e Valença reuniram em dois volumes, em 2004, pela editora Agir, as crônicas de Lima Barreto pela ordem cronológica de sua publicação na imprensa, na época. Intitulados Lima Barreto – Toda Crônica, as obras citam o periódico da publicação original. O primeiro volume abrange de 1890 a agosto de 1919.

No levantamento que fizemos para este estudo, constatamos que primeira crônica que a obra traz data de 1º de dezembro de 1900. Lima Barreto comenta sobre a apresentação do músico Francisco Braga e foi publicada no jornal de estudantes *A Lanterna*. O segundo volume prossegue com o ano de 1919, para terminar em 1922, ano de morte de Lima Barreto. São 440 crônicas: 188 contidas no primeiro volume e o restante, no segundo.

Dos temas abordados, questões de ordem política são as mais recorrentes, rendendo 59 crônicas e, não por acaso, nossa principal fonte neste estudo. O cotidiano da cidade e as reformas que esta cidade sofre viram tema de 55 crônicas, seguidas de questões sociais, com 33 crônicas, e da ordem da

¹⁴⁰ Barbosa, Francisco de Assis. *Lima Barreto e a reforma na sociedade*. RJ, Pool Editorial, 1987, p. 33.

literatura (35). O trato prioritário destes temas parece confirmar as opções de Lima Barreto pelo povo pobre, pela literatura como forma de engajamento, para mudança e disseminação de seu projeto político de nação menos excludente, contrário àquele levado à frente pela República Velha, prioritariamente.

Neste inventário feito das crônicas de Lima, observou-se que aqueles temas muitas das vezes se repetem nas demais crônicas, entrelaçados a outros assuntos, como educação, doutores e homens públicos, questões culturais, agrárias, entre outros, tendo-se um retrato fiel da capital e do país, pela memória da crônica. Mas é preciso, sobretudo, ressaltar que no vasto material pesquisado está sempre presente, mesmo que nas entrelinhas, um viés político. Ou dito de outro modo: está sempre presente o olhar de um cronista da política e de um jornalista político, interessado e atento em compreender o papel do homem em seu tempo, por intermédio da crônica.

Neste sentido, lembremos que o jornalismo político sempre exerceu, e exerce ainda, um importante papel nas políticas local e nacional brasileiras. Embora um tanto longas, vale reproduzir as considerações do jornalista político Carlos Chagas a respeito:

"Política e jornalismo interligam-se e se misturam à maneira das águas dos rios Negro e Solimões, para formar o Amazonas. A princípio, por questões de densidade, no mundo fluvial, e de pressão, no universo jornalístico, elas buscam seguir separadamente. Relutam em se mesclar. Alguns quilômetros adiante, porém, prevalece a natureza das coisas no leito comum. Integram-se. Afinal são apenas água, como política e jornalismo significam evoluções em torno do

¹⁴¹ Resende, Beatriz e Valença, Rachel. *Lima Barreto, toda crônica*. RJ: Agir, 2004, p. 9.

poder, na luta pela conquista. Aqui e ali surgem os afluentes da fama e da riqueza, ou os charcos da vaidade e da corrupção, mas é o poder que fascina jornalistas políticos para tornar suas ações uma só realidade. (...) Política e jornalismo visam ou deveriam visar à sociedade. (...) E a imprensa nunca deixará de se constituir naquilo que o pedantismo acadêmico chama de fonte primária para pesquisas¹⁴²".

O ano de 1919 inicia-se com Lima Barreto aposentado por invalidez. Observamos que, desta data até sua morte, em 1º de novembro de 1922, publica 270 crônicas. É o período em que mais escreve. Em menos de três anos, publica mais da metade de suas 440 crônicas. O fato pode se explicar por Lima Barreto estar aposentado e se considerar sem compromisso com qualquer instituição ou autoridade governamental, para escrever o que quer que seja. É o próprio escritor que diz se sentir mais à vontade com sua situação de aposentado:

"Aposentado como estou, com relações muito tênues com o Estado, sinto-me completamente livre e feliz, podendo falar sem reboços sobre tudo o que julgo contrário aos interesses do país. (...) Durante os 15 para os 16 anos em que guardei as conveniências da minha da minha situação burocrática, comprimi muito a custo a minha indignação e houve mesmo momentos em que ela, desta ou daquela forma, arrebentou¹⁴³".

De 1900 a 1918, escreve 170 crônicas. Nestes 18 anos, 1915 é quando publica mais: 69 crônicas. Nos demais, a publicação não é considerável, excetuando-se 1918, quando saem 36.

¹⁴² Chagas, Carlos. *O Brasil sem retoque – 1808 – 1964 – A História contada por jornais e jornalistas*, Volume I. RJ: Record, 2001, p. 10.

¹⁴³ Apud. Resende, Beatriz e Valença Rachel. *Lima Barreto – toda crônica, volume I*. RJ: 2004, Agir, p. 450.

É em 1921 que Lima Barreto tem mais crônicas publicadas. São 77. Em 1920, faz 72 crônicas; em 1919 também; em 1922, escreve 59.

Neste período muito aconteceu no país. A segunda candidatura de Rodrigues Alves à presidência, as campanhas de Rui Barbosa e Nilo Peçanha, as cartas falsas, a criação do Partido Comunista, a Semana da Arte Moderna, o Movimento Tenentista, Centenário da Independência, a derrubada do Morro do Castelo e o debate provocado (Resende, 204, pp. 593-595).

Em 1919, Lima Barreto candidata-se à ABL. Obtém dois votos. A vaga fica com Humberto de Campos. Assis Barbosa comenta que:

"Sua ambição [a de Lima Barreto], sua grande ambição era afirmar-se como escritor. Desejaria a imediata consagração da crítica, da imprensa do país inteiro. Até os que, por este ou aquele motivo, recebessem seus livros com reservas, haveriam de, pelo menos, reconhecer-lhe o valor como escritor. Seria, pois discutido, mas não continuaria esquecido, como se fosse um paria da literatura¹⁴⁴".

Ainda em 1919, em 25 de dezembro, dia de Natal, é recolhido ao hospício pela segunda vez. Fica ali até 2 de fevereiro de 1920 (Barbosa, 1956, p. 381).

Epitácio Pessoa assumira, meses antes, em 28 de julho de 1919. Seu governo irá até 15 de novembro de 1922. A gripe espanhola levou o presidente Rodrigues Alves que, reeleito, não tomou posse. O vice, Delfim Moreira, assume e, segundo a Constituição, precisa convocar eleições (Chagas, 2001, p. 273). Rui Barbosa é candidato, apoiado por Nilo Peçanha. Rui percorre o país, com sua campanha. Raul Soares, político mineiro, sugere Epitácio Pessoa, que acaba ungido (Belo, 1972, pp. 241-243).

¹⁴⁴ Barbosa, Francisco de Assis de. *A Vida de Lima Barreto*. SP: 1956, p. 173.

O paraibano Pessoa vivia no Rio há muito. Desembarcara na cidade na véspera da Proclamação da República. Torna-se amigo de Deodoro, por intermédio de seu tio, o Barão de Lucena. É eleito deputado federal no Congresso Constituinte. No Governo de Campos Sales ocupa a pasta da Justiça e Negócios interiores (Chagas, 2001, 274). Chefia a delegação brasileira à Conferência pela Paz, para assinatura do Tratado de Versalhes, em 1919. Embarca já como presidente eleito para Paris, acompanhado da família e de enorme delegação. O navio sai do Brasil praticamente lotado, com todas as despesas pagas pelos brasileiros que aqui ficaram. Nesta conferência, iria se tratar, entre outros temas, da questão dos navios alemães que o governo do Brasil seqüestrara por ocasião da Primeira Guerra. O Brasil, para devolvê-los à Alemanha, pleiteava indenização. A França também, alegando dívida de guerra (Bueno, 1997, p. 187).

Lima Barreto acusa Epitácio Pessoa de mandar sua polícia recolher exemplares do jornal *A Folha*, de Medeiros de Albuquerque. A publicação defendia que o Brasil devolvesse os navios à Alemanha, sem exigir qualquer indenização em troca. O Governo de Epitácio perseguiu o jornal. Na crônica *O Caso da Folha*, Lima Barreto lembra ao presidente que liberdade de imprensa e de pensamento estão garantidos por lei:

"(...) Estadista e jurisconsulto muito alto e prodigioso Senhor Epitácio Pessoa, presidente deste império de todos os Brasís (...) A Constituição Federal (...) diz:

Em qualquer assunto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa, ou pela tribuna, sem dependência de censura (...);

A lei que dispõe sobre os crimes de responsabilidade do presidente da República diz ainda:

Art 28: *Tolher a liberdade de imprensa, impedindo arbitrariamente a publicação ou circulação dos jornais ou outros escritos*¹⁴⁵”.

Segue a crônica:

“ (...) em plena Avenida Central, agentes da polícia apreenderam e rasgaram exemplaras da Folha diante do povo bestializado (...) Até onde irão os administradores do Brasil?¹⁴⁶”.

Em outras crônicas em que cita o presidente, Lima às vezes vai apelidá-lo de “Epitáfio”, debochando de seu gosto por banquetes e festas: “O que seria o ilustre Epitáfio sem banquetes? Nada¹⁴⁷”.

O preço do café descia no mercado internacional. Pressionado pelos paulistas, Epitácio Pessoa toma um empréstimo de 9 milhões de libras e adquire parte do estoque, retendo as sacas do produto nos portos. A operação provoca lucro imediato entre os agricultores, mas o Tesouro fica com um papagaio de quatro milhões de esterlinas (Belo, 1972, 247).

Debocha Lima Barreto:

“(...) Uma outra encrenca nacional é o café. De quando em quando, trata-se de valorizá-lo; Fazem-se emissões, empréstimos vultuosos e nunca ele fica valorizado de vez. É uma pedra de Sísifo. Por que será que não se encontra um doutor que lhe dê remédio? É incrível que não haja!¹⁴⁸”.

A política cafeeira do Brasil, aliás, é assunto recorrente em suas crônicas. As sucessivas crises do café vêm desde o início do século XX. Neste período, o país havia produzido mais de 4 milhões de sacas de café, excesso de produto para o mercado consumidor internacional. Para evitar a queda do preço, governadores se reúnem em Taubaté, em 1906, e decidem contrair

¹⁴⁵ Apud Resende, Beatriz e Valença, Rachel. *Lima Barreto, toda crônica*, volume I. RJ: 2004, p. 118.

¹⁴⁶ Idem, p. 119.

¹⁴⁷ Idem, p. 226.

¹⁴⁸ Idem, p. 234.

empréstimos, afiançados pelo governo federal, para comprar e estocar o excedente, até regular os preços, pela demanda. Ora, é como diz Lima, a pedra de Sísifo, que rola morro abaixo, eternamente, no Hades. Em outros termos: várias edições de convênios de Taubaté que se desenrolam e que vão edificando a política nacional (Bueno, 1997, p. 190). Tanto que, em junho de 1915, sob o governo de Venceslau Brás, Lima Barreto escreverá:

"Tenho ouvido dizer que o café é a maior fortuna do Brasil; (...) O tal do café, porém, só leva a pedir dinheiro. Como é que ele é riqueza do Brasil? Não se abre um jornal, governista, neutro ou oposicionista, que não se encontre uma lamúria, uma "facada" da lavoura de café. Um dia é porque os preços estão baixos; outro dia é porque o câmbio baixou; outro é porque não pode ser exportado e assim por diante. Não sou economista, nem financista, nem juristinista, mas um tal fato me causa pasmo. Estou, portanto, no meu direito de pedir aos sábios das escrituras explicações para esses milagres da natura¹⁴⁹".

No mês seguinte, Lima Barreto conta em outra crônica um sonho estranho que teve:

"Sonhei uma noite destas que tinha encontrado na rua um senhor cheio de brilhantes, bengala de ouro, botinas mais finas, que me estendeu a mão: - Uma esmola, pelo amor de Deus! Admirei-me de tal fato, mas lhe dei uma esmola. (...) Ele me convidou para ir a uma confeitaria e disse:

- Sou rico, mas peço esmolas por que quero ganhar sempre mais. Peço até a meus irmãos mais pobres, mesmo àqueles que vivem com dificuldades.

- Mas quem é o senhor?

- Não sabe? Sou o Café¹⁵⁰".

¹⁴⁹ Idem, p. 214.

¹⁵⁰ Idem, p. 219.

Além da crise do café, em seu governo, Epitácio Pessoa teve de se confrontar com episódios como a Revolta do Forte, a crise das cartas falsas, a revolta do Clube Militar, a disputa pela vice-presidência, com a morte de Delfim Moreira, pelos governos da Bahia e Pernambuco, com as candidaturas de J.J Seabra, da Bahia, e José Bezerra, pernambucano, além da própria sucessão ao governo da Bahia, disputada por Seabra e um candidato apoiado por Rui Barbosa (Belo, 1972, p. 249).

Durante o processo eleitoral, a oposição baiana, inconformada com a vitória do candidato governista, acusava fraude no processo eleitoral e ameaçava marchar contra a capital do estado. Epitácio só faz o que Campos Sales fizera anos antes em Goiás: intervém no estado e garante a posse de J.J Seabra. Sob a gestão de Pessoa, a República brasileira enfrentou um de seus períodos mais conturbados (Idem, pp. 249-251).

Sobre a intervenção na Bahia, Lima Barreto, atento à política nacional, tece boas reflexões em uma crônica para a *Revista ABC*. O texto é longo é muito bonito. Lima elogia o estado, lembra sua história, suas riquezas e se diz triste com o que acontece por lá:

"É por deveras triste tratar desse caso da Bahia que vai se desenrolando com perspectivas tão sombrias. (...) Das províncias do Brasil, é talvez a da Bahia a que mais o resume. Nas raças, no clima, na produção, nos aspectos de seu território, a Bahia é o epítome de nosso país. (...) A sua capital, a velha Salvador, é uma cidade cheia de recordações históricas. (...) Os seus grandes homens, Castro Alves, o maior poeta do Brasil, que lá nasceu (...) essas e tantas coisas fazem dela uma terra sagrada venerável, digna de estima e estudo. (...) Não é preciso que se tenha o patriotismo desse nacionalismo de palavreado a presidentes.

Lamenta o escritor:

"Como é que se chegou a tal desordem essa Meca nacional, cujo prestígio não vem da riqueza, mas da poesia e do sonho da alma nacional?. (...) É a política. Só a política com seus processos eleitorais perfeitamente republicanos. (...) O que me parece é que os partidos políticos da Bahia se dividem, duplicam, triplicam¹⁵¹".

Trata das oligarquias:

"Chegada que é uma facção ao poder, trata imediatamente de esbanjar a fortuna pública, a fim de manter e angariar prosélitos; e os cuidados materiais e intelectuais, os de assistência e saúde pública, ficam de lado, até quando? Para quando se consolidar no poder a retumbante agremiação política que está sempre balançando¹⁵²".

Numa análise política profunda, não considera ser o candidato de Rui Barbosa aquele que vai solucionar os problemas do estado baiano:

"Apesar do grande respeito que me merece Rui Barbosa, não julgo o que o senhor Paulo Fontes fosse fazer na presidência da Bahia mais do que o senhor J. J. Seabra. Considerando-se bem o malsão estado de espírito que avassalou a Bahia nestes 30 anos de política republicana, em que grupinhos se digladiam sem saber por que nem para quê. Em breve, mesmo no seio dos que elegeram o Senhor Paulo Fontes, surgiria a dissidência e era novo barulho¹⁵³".

Lima Barreto conclama o povo baiano a se unir em solidariedade à Bahia:

¹⁵¹ Idem. 142.

¹⁵² Idem, p. 143.

¹⁵³ Idem, p. 143.

"Pôr toda politicagem de lado, deixem de banda este partidarismo exaltado; empreguem as suas qualidades naturais de inteligência e coração em tudo que nossa vida pede. Deixem a política, pelo amor de Deus (...) Cabe a cada baiano desprezar totalmente a política, para que nunca mais vejamos o arconte Calógeras¹⁵⁴".

Trata-se de João Pandiá Calógeras, ministro da Guerra de Epitácio Pessoa e peça chave na intervenção do estado baiano pelo governo federal (Chagas, 2001, P. 277)

Quanto a J.J. Seabra, ganhara de Lima o apelido de J.J. Brochado, sendo retratado em seu romance *Numa e a Ninfa* de 1915, quando Seabra havia ocupado o cargo de ministro da Viação e Obras Públicas de Hermes da Fonseca. Brochado/ Seabra é retratado como político da pior espécie (Bueno, 1997, p. 199).

Em 1921, a sucessão presidencial ganha as ruas. O candidato à sucessão de Epitácio Pessoa era o mineiro Artur Bernardes, governador de Minas (Idem, p. 199).

Na divertida crônica *Coisas do Jambon*, publicada na *Revista Careta*, em 1921, Lima Barreto fala de todo o processo sucessório, fazendo uma metáfora entre presunto, roedores e políticos:

"O reino do Jambon é assim chamado porque afeta, mais ou menos, a forma de um presunto. Até aqui não tem sido comido; mas roído. Roem-no os de fora; roem os de dentro. (...) No Reino do Jambon a sucessão não se dá por via hereditária. Ela se verifica por eleição, em que são eleitores vinte dignitários principais do reino (governadores) e alguns mais, sem função de governo. Todos são paxás¹⁵⁵".

¹⁵⁴ Idem, p. 144.

¹⁵⁵ Idem, p. 392.

Processava-se, como bem observa Lima Barreto, mais uma eleição nos moldes republicanos, em acordo com as forças políticas dominantes do eixo Minas-São Paulo. As coisas vinham funcionando assim: São Paulo tivera a presidência com Rodrigues Alves, que sucedeu o mineiro Vencesláu Brás. A morte de Rodrigues Alves alterou o jogo em favor de Epitácio Pessoa (Chagas, 2001, 271).

Prossegue Lima:

"Um príncipezinho vaidoso veio a governar o reino, chamado Tupita I. (...)Tupita não levava o governo muito a sério. A sua preocupação mais sincera eram bailes, rega-bofes, chás dançantes. Sob qualquer pretexto gastava milhares de contos em luminárias e tirava retrato.¹⁵⁶".

Foi justamente assim que aconteceu. Tupita, ou melhor, Epitácio, não pestanejou e aceitou prontamente o candidato Bernardes. Epitácio alegara não querer intervir na sucessão, tampouco no processo de escolha do candidato que iria sucedê-lo: Arthur Bernardes. Mas foi Epitácio, indiretamente, o maior responsável pelo desencadear do movimento intitulado "Reação Republicana", de oposição à candidatura de Bernardes e partidário da candidatura de Nilo Peçanha. (Belo, 1972, 250-251). Epitácio havia nomeado dois civis para os ministérios da Guerra e da Marinha, provocando a ira dos militares (Bueno, 1987, p. 199).

Continua Lima, descrevendo o processo sucessório em Jambon:

"Um paxá obscuro, aproveitando-se da cegueira dançante de Tupita, tramou com outros tomar-lhe a sucessão. Chamava-se este paxá obscuro Ar-ben- Mudes e só era conhecido no país, por vir, de quando

¹⁵⁶ Idem, p. 391.

em quando, o seu nome nas gazetas; mas não tinha feitos nem proezas que o recomendassem¹⁵⁷".

Antes de presidir o país e governar Minas Gerais, Bernardes havia sido vereador em sua cidade Natal, Viçosa, ocupou a secretaria de Finanças da cidade e foi deputado federal (Belo, 1972, 254).

Prossegue Lima Barreto:

"Um belo dia, sem que Tupita esperasse, recebe a intimação de quase todos os paxás para reconhecer Ar-bem-Mudes como seu sucessor. Ele se surpreendeu, pois não estava em extrema velhice, nem o minava moléstia que ameaçasse de morte próxima¹⁵⁸".

Lima Barreto refere-se a Rodrigues Alves e a Delfim Moreira. O primeiro, vitimado pela gripe espanhola, não chega a assumir seu segundo governo. O segundo, Moreira, é seu vice. Governará o país até se convocarem eleições, das quais sairá ungido Eptácio Pessoa. Mas, a bem da verdade, quem governa mesmo sob a gestão de Delfim Moreira é o ministro da Viação, Afrânio de Mello Franco. O jornalista político Carlos Chagas conta:

"Delfim Moreira, portador de esclerose avançada, tem lacunas de razão. Quem governa é o ministro da Viação Afrânio de Mello Franco. Conta-se que numa das reuniões do ministério, Delfim Moreira, irritado com um dos presentes, que falava sem parar, indaga de Afrânio, a seu lado: 'Quem é esse falador? Resposta: 'Presidente, é seu ministro da Fazenda...'. Era Amaro Cavalcanti de Albuquerque¹⁵⁹".

E pensar que Delfim Moreira será vice de Eptácio até morrer, quando o substitui Bueno de Paiva (Chagas, 2001, p. 275).

¹⁵⁷ Idem, p. 392.

¹⁵⁸ Idem, p.393.

Voltemos à sucessão. Como bem lembrou Lima, quase todos haviam ungido Artur Bernardes, que iniciará seu governo, sob estado de sítio, para esmagar a rebelião tenentista, que explodiu logo depois de sua eleição, em 1922, pois a insatisfação dos militares com Bernardes vinha desde o episódio das cartas falsas. (Bueno, 1987, p. 199).

Ainda durante o processo de sucessão de Epitácio, diga-se que, Borges de Medeiros, governador do sul, não é nada simpático à candidatura de Bernardes e é ele que inicia a articulação chamada Reação Republicana (Bueno, 1997, p. 199). Abre-se uma fissura no processo eleitoral, pela qual entram espremidos Nilo Peçanha e J.J. Seabra, respectivamente governadores do Rio e da Bahia. Estávamos assim: Minas e São Paulo, com Bernardes e Urbano Santos, de vice. Na oposição consentida, Nilo e José Joaquim Seabra.

Voltemos à crônica sobre a sucessão em Jambon. Tupita responde que concorda com a indicação de Ar-ben-Mudes desde que:

" - Desde que vocês me deixem dançar até o fim de meu governo. Deixam?

- Não seja essa a dúvida. Responde o chefe da comissão de paxás.

Iam as coisas muito bem, quando aparece um certo número de paxás descontentes que não querem Ar-ben-Mudes para chefe, e escolhem, para sucessor de Tupita, o paxá Nil-cer-Thenza. Era este, homem conhecido no país, ladino e jeitoso¹⁶⁰.

Nil-cer-Thenza é Nilo Peçanha e, de imediato, os militares o apóiam. Pois não estavam furiosos com Epitácio Pessoa, por

¹⁵⁹ Chagas, Carlos. *O Brasil sem retoque*, p. 273.

¹⁶⁰ Apud Resende, Beatriz e Valença, Rachel. *Lima Barreto – toda crônica*, volume II. RJ: 2004, p. 393.

ter nomeado civis para os ministérios da Guerra e da Marinha, respectivamente Calógeras e Raul Soares (Bueno, 1997, p. 199)?

Comenta Lima Barreto, na mesma crônica:

"Tupita I tinha para condestável um renegado grego Kalogheras, também vaidoso e mandão. Este levantino nunca tinha pego uma espingarda, mas caprichos de Tupita fizeram-no logo marechal. Assim, erguido de repente a tão alto posto, o grego pensou que o houvesse sido por verdadeira glória militar, e começou como condestável a dar por paus e pedras¹⁶¹".

É Calógeras quem dará voz de prisão ao ex-presidente e marechal Hermes da Fonseca, acusado de conspirar contra o governo de Epitácio. O marechal retornara há pouco de sua estada de cinco anos em Paris, com sua jovem mulher, Nair de Tefé. Fora eleito presidente do Clube Militar e apóia Nilo (Bueno, 1997, p. 199).

Sobre o que acha da indicação de Bernardes, trata Lima na crônica do Reino de Jambon: *"Tal coisa desgostou um velho servidor da pátria (...). Era Milaky. Esse Milaky não era lá de grande inteligência...¹⁶²".*

Milaky era Hermes da Fonseca.

Na sua edição de 29 de outubro de 1921, o Correio da Manhã publica uma carta atribuída a Bernardes, em que Hermes é desencado. Bernardes nega, peritos garantem a autenticidade do documento, que depois se provará falso. O Correio publica outra carta no dia seguinte. O Clube Militar compra a briga de seu presidente, declarando ser incompatível qualquer relação entre o candidato Bernardes e o Exército e acabará sendo fechado por ordem de Bernardes por seis meses, mais adiante (Idem, p. 199).

¹⁶¹ Idem, p. 392.

¹⁶² Idem, p. 392.

Em outra crônica, publicada no *Jornal Hoje*, em julho de 1922, Lima Barreto vai falar sobre o que considera ser a função e a finalidade da política: defender o maximalismo, tendo como pano de fundo o episódio das cartas falsas:

"Nunca me meti em política, isto é, o que se chama política no Brasil. Para mim, a política tem por fim tornar a vida cômoda e os povos felizes. Desde menino, pobre e oprimido, que vejo a 'política' do Brasil ser justamente o contrário. Ela tende para tornar a vida incômoda e os povos infelizes (...) Ultimamente, entre nós houve uma barulheira política que quase sacudiu o país. (...) A questão versava sobre uma falsificação de cartas, atribuídas ao Senhor Artur Bernardes, atualmente eleito presidente da República. Tais cartas continham insultos ao Exército e os adversários do Senhor Bernardes excitaram os brios da força armada contra ele, baseados nas referidas missivas. (...) Seria capaz de deixar-me matar, para implantar aqui o regímen maximalista; mas a favor de Fagundes ou Brederodes não dou uma gota do meu sangue. Tenho para mim que se deve experimentar uma 'tábula rasa' no regímen social e político que nos governa; mas mudar só de nomes dos governantes de nada adianta para a felicidade de todos nós¹⁶³".

O Partido Comunista Brasileiro, que, de início, chamou-se Partido Comunista do Brasil, havia sido criado em 25 de março de 1922, por nove delegados, que representavam cerca de 73 militantes de várias regiões do país. Já em junho, pouco antes de um mês da crônica de Lima Barreto, o partido é tornado ilegal por Epiácio Pessoa¹⁶⁴.

Artur Bernardes ganhara a eleição. Tomará posse, em novembro de 1922, sob estado de sítio, declarado desde a

¹⁶³ Idem, p. 535.

¹⁶⁴ Wikipédia. *Partido Comunista Brasileiro*. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Comunista_Brasileiro. Acesso em: 20/jul/2007.

Revolução Tenentista, gerada no seio do Exército pelo episódio das cartas falsas (Chagas, 2001, pp. 278-280).

Sobre o resultado do pleito, na crônica intitulada *Dissidências*, Lima Barreto escreverá:

"Este caso de candidaturas que quase empolgou a opinião pública, acabou comicamente num desfecho de malandragem que tudo fazia esperar. Quem conhece os personagens que nele andaram metidos, bem sabia que tal coisa havia de acontecer. Não os movia nada sério, nem qualquer ideal alimentava a campanha deles. O que eles queriam, ou que eles querem, são os proventos que os altos cargos dão. Seja Bernardes ou seja Vertenza. A tal história de 'reação republicana' começou com tal ímpeto que parecia ser dirigida com sinceridade por homens de valor e responsabilidade, contra políticos obscuros. Entretanto, assim não foi. (...) Viva a política!¹⁶⁵".

Ainda sob o governo de Epitácio Pessoa, o Brasil irá comemorar seu centenário da Independência, em 7 de setembro de 1922. Em 8 de agosto de 1920, o presidente nomeará o prefeito Carlos Sampaio, responsável pelo projeto de embelezamento da cidade, para a festa do Centenário.¹⁶⁶

Lima Barreto fará 14 crônicas contra Carlos Sampaio e outras tantas contra o que considera a segunda expulsão dos pobres da cidade.

Ao prefeito Sampaio fora dada a tarefa de preparar a cidade para as comemorações do centenário (por isso Lima Barreto insiste que Epitácio Pessoa adora uma festa, uma comemoração). As obras vão ficar prontas em setembro de 1922, pouco antes de Lima Barreto morrer¹⁶⁷.

¹⁶⁵ Resende, Beatriz e Valença, Rachel. *Lima Barreto – toda crônica*. RJ: 2004, p. 578.

¹⁶⁶ Kessel, Carlos. *A Vitrine e o espelho, o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/anexo/a_vitrine_e_o_espelho.pdf. Acesso em: 17/jan/2007.

¹⁶⁷ Wikipédia. *Morro do Castelo*. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Morro_do_Castelo. Acesso em: 21/jul/2007.

O Rio voltará a ser limpo, desinfetado para receber visitantes ilustres, por ocasião da Festa do Centenário.¹⁶⁸ Voltará também a expulsar do centro da cidade os pobres que resistiram a Pereira Passos, para outros morros e subúrbios. Punha-se em prática, ali, mais um projeto de modernidade, com mais uma expansão da cidade, iniciada com Pereira Passos e aperfeiçoada por Sampaio, cujo pressuposto político, sob a prancheta da arquitetura, era derrubar o Morro do Castelo e, com ele, limpar a cidade do que restava de casarões que haviam se tornado cortiços e que abrigavam operários, e também sítios históricos, como a Igreja de São Sebastião, dos Capuchinhos, o Colégio dos Jesuítas e o túmulo de Estácio de Sá¹⁶⁹. No local, seria montada a Exposição do Centenário da Independência. A República precisava mostrar ao mundo o que fizera de moderno, de civilizado e científico, em seus quase 30 anos de vigência.

Lima Barreto conhecia bem o lugar. Em 1905, fizera suas reportagens sobre as escavações do morro, para o *Correio da Manhã* (Resende, 2004, p. 590).

Aquele Sete de setembro do centenário, praticamente abriu a década de 20 e abria, com a clareira à que o Morro do Castelo daria lugar, o país a duas concepções de modernidade: uma era a do modelo universalista urbano-industrial; a outra era a da construção de um Brasil a partir da criação de uma identidade nacional, forjada à unidade nacional.¹⁷⁰ Lima Barreto inclui-se neste modelo.

As discussões de arrasar ou não o Morro do Castelo suscitaram debates na imprensa. Ser partidário de uma ou outra

¹⁶⁸ Google. *O Rio de Janeiro na República do Brasil*. Disponível em: <http://www.marcillio.com/rio/hirepubl.html>. Acesso em: 21/ago/2007.

¹⁶⁹ Silva, Marly da Motta. *A nação faz cem anos. o centenário da Independência do Rio de Janeiro*. Disponível em: www.cpdoc.com.br. Acesso em: 20/ago/2007.

¹⁷⁰ Idem.

opção significava ser defensor de um determinado tipo de projeto político de país.¹⁷¹

A própria indicação de Carlos Sampaio já representava qual havia sido a opção do governo federal. O engenheiro Sampaio havia sido o antigo dono da concessão para o arrasamento do morro. Pereira Passos demolira uma pequena parte, para construir a Avenida Central. Sampaio decreta a demolição total em 17 de agosto de 1920, pois era preciso terminar o processo de civilização do Rio, soterrando para sempre, sob o entulho da demolição, a cidade indígena, negra, atrasada e colonial. Cinco mil pessoas ficaram sem ter onde morar¹⁷².

Tudo limpo, a exposição foi inaugurada na data prevista, em 7 de setembro de 1922. Havia os pavilhões das festas, dos estados, das pequenas e grandes indústrias, restaurantes, bares. O Rio se iluminou para a exposição e passou a se considerar quase uma segunda cidade-luz (Lima já dissera que tudo servia como desculpa para Tupita/Epitácio comprar lâmpadas -Resende, 2004, p. 170).

O cronista critica também as obras de demolição, lembrando do cargo que ocupara Sampaio:

*"Estamos nas vésperas de comemorar o centenário da nossa Independência política e os poderes públicos hão se esforçado, em matéria de gastos, para festejá-la condignamente. O senhor Carlos Sampaio, por exemplo, tem sido de uma rara abnegação no problemático desmonte dos morros e no entupimento das lindas enseadas de nossa majestosa baía. O senhor Carlos Sampaio é sem dúvida alguma um homem sisudo e grave. Disso, tem dado provas, a antiga 'Melhoramentos', inclusive a encampação. Ele não se detém diante de considerações estéticas, tradicionais e outras de natureza mais ou menos fútil*¹⁷³".

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Apud Resende, Beatriz e Valença, Rachel. *Lima Barreto, toda crônica*, volume II. RJ: 2004, p. 529.

Em outra crônica, Lima nota que o povo da cidade fica de fora da festa:

"O que se nota nas atuais festas comemorativas da passagem do centenário pela proclamação da Independência do Brasil, é que elas se vão desenrolando completamente estranhas ao povo da cidade. (...) Os tempos estão bicudos; tudo está pelos olhos da cara. Um pobre chefe de família tem de pensar constantemente no dia de amanhã. Terá ele tempo de impressionar-se com festividades patrióticas em que mais predominam jogos de bola e outras futilidades do que mesmo manifestações sérias de um culto ao país e a seu passado? (...) O Brasil passa por uma crise curiosa que não sei como classificar. De forma que nós não festejamos os cem anos da nossa independência política. O que nós fazemos, é transformar o Rio de Janeiro num grande campo de corridas de cavalos¹⁷⁴".

Até sua morte, em 1º de novembro de 1922, Lima Barreto irá tratar dos presidentes que assumiram o comando do país, em 60 crônicas. Com 20 crônicas, Epitácio Pessoa é o presidente mais citado. Nilo Peçanha e Campos Sales vêm em seguida com sete crônicas, cada um; Delfim Moreira, Rodrigues Alves são assunto de cinco; Deodoro, Afonso Pena, Hermes da Fonseca e Vencesláu Brás, de quatro; Floriano e Prudente, de três. Vale lembrar que os ex-presidentes são citados indiretamente em outras crônicas sobre suas administrações, seus feitos, desfeitos, seus ministros.

Lima Barreto começou cedo a escrever crônicas. Ainda estudante da Escola Politécnica, pelos idos de 1900, colabora em jornais e revistas estudantis, como o *Jornal Tagarela*. Usa pseudônimos como Alfa Z e Ruy de Pina (Barbosa, 1952, p. 375). E escrever era o que parecia dar sentido à vida de Lima Barreto. Jamais deixa de fazê-lo. Como jamais deixa de

¹⁷⁴ Idem, pp 563-564.

colaborar com o que hoje chamamos imprensa alternativa. Nem por ocasião de suas duas internações no Hospício Nacional dos Alienados deixa de escrever. Sua primeira internação foi de 18 de agosto a 13 de outubro de 1914; a segunda, de 25 de dezembro de 1919 a 2 de fevereiro de 1920. Na segunda internação, inicia seu romance *Cemitério dos Vivos*, em que conta as agruras que enfrentou durante suas internações (Idem, pp. 376-378).

Lima Barreto escreveu para 27 jornais e revistas. Para ele, o ofício do jornalista, ou melhor, a atividade jornalística baseava-se em "*Reflexões sobre fatos, coisas e homens de nossa terra, que, julgo, talvez sem razão, muito próprias de mim*".

A *Careta*, o *Correio da Manhã*, *ABC*, *Lanterna*, *Correio da Noite*, *Floreal* são algumas das publicações em que trabalhou. A *Floreal* foi editada em fins de 1907 pelo próprio autor e durou apenas quatro edições. O texto do primeiro número falava da grandeza da literatura. Sua atividade jornalística não se caracterizava pela continuidade. Somente após sua aposentadoria, esta colaboração se torna mais freqüente (Idem, p. 377).

Contudo, isto não o impediu de tratar de políticos e da política republicana em seus escritos. Sua aposentadoria ainda não saíra, quando decidiu escrever, por exemplo, uma longa crônica em forma de carta ao presidente reeleito Rodrigues Alves, publicada na Revista ABC, em 14 de dezembro de 1918. Em uma única crônica, Lima Barreto faz um inventário minucioso do primeiro governo de Rodrigues Alves (Idem, p. 380).

Rico cafeicultor, Rodrigues sucedeu Campos Sales, em seu primeiro mandato. Fora deputado constituinte, ministro da Fazenda de Floriano e de Prudente de Moraes e presidente do

governo de São Paulo. Mas também viveu à sombra da Monarquia, tendo sido conselheiro do Império (Bueno, 1997, p. 186).

Sob o governo de Alves, Pereira Passos fizera a primeira remodelação saneadora da capital. O presidente aumentara ainda o câmbio, levando muitos comerciantes à falência. Fizera o Congresso aprovar a vacinação compulsória, que descamba numa revolta dos militares positivistas e saudosistas de Floriano. Eles engrossarão as hostes civis, contra a campanha da vacinação obrigatória, à espera da chance de um golpe (Idem, pp. 186-187).

Rodrigues Alves decreta estado de sítio, dispositivo banal na República Velha. Os militares revoltosos são presos e a chefia de polícia age com truculência contra a população, para deter os levantes, invadindo cortiços e favelas. A Escola Militar é fechada e os amotinados são enviados em porões de navios para o Acre, a terra da borracha que, por enquanto, ainda enriquecia seus exploradores (Idem, p. 188).

Na crônica, Lima Barreto começa, com ironia, por arrolar os cargos que Alves ocupou. Insiste, com a ironia de costume, no fato de Alves ter preparo e experiência para tal, pedindo ao governante que bem governe, dando exemplos de fatos negativos ocorridos na gestão de Alves, como se sob a égide de outro mandatário da República tivessem acontecido:

"Excelentíssimo Senhor conselheiro Rodrigues Alves ou quem suas vezes fizer, na presidência da República. (...) os deuses cumularam Vossa Excelência de felicidade, e minha esperança é que Vossa Excelência se lembre desse dom extraordinário que deles recebeu, para impedir que o poder público se transforme em verdugo dos humildes e desprotegidos¹⁷⁵".

¹⁷⁵ Idem, pp 412-418.

E não foi justamente durante o governo de Rodrigues Alves que 614 imóveis do centro da cidade foram postos abaixo, desabrigando muitos moradores, para dar lugar ao projeto político-arquitetônico de Alves-Passos? (Idem, p. 187).

Continua Lima Barreto:

"Tendo exercido tão altos cargos de governo, além dos legislativos que não citei, tanto no atual régimen como no passado; sendo avançado em anos, é de esperar que Vossa Excelência esteja agora possuído de um sábio cepticismo no que toca à apreciação dos homens e dos regimens políticos e que essa flor maravilhosa de bondade e piedade, pelos erros de todos nós, tenha desabrochado no coração de Vossa Excelência (...) pois suponho que há por aí muitos Rockefellers das tarifas alfandegárias, em que tudo é dinheiro e se resolve com ele; em que amor é dinheiro e dinheiro é amizade, lealdade, patriotismo, saber, honestidade. (...) Cochicham por aí que suas finanças vão mal¹⁷⁶".

Rodrigues Alves contraíra um empréstimo de quatro milhões de libras com a Inglaterra, para as reformas de Passos. Quantia insuficiente. Tanto que, para cobrir os custos das obras daquele prefeito, o governo Nilo Peçanha precisou fazer um empréstimo de mais dois milhões de libras¹⁷⁷.

Prossegue Lima Barreto, aprofundando mais e mais sua ironia, em relação à política de gestão de Rodrigues Alves:

"Quero também chamar a atenção de Vossa Excelência para o modo de proceder de nossa alta polícia. (...) A grande preocupação dos delegados e mais graúdos policiais é 'mostrar serviço ao chefe' e a grande preocupação do chefe é 'mostrar serviço ao ministro e ao

¹⁷⁶ Idem, p. 414.

¹⁷⁷ Kessel, Carlos. *A Vitrine e o espelho, o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/anexo/a_vitrine_e_o_espelho.pdf. Acesso em: 17/jan /2007.

presidente da República', abafando todos os escrúpulos de consciência. (...) Esclarecido assim Vossa Excelência sobre a feição psicológica especial da nossa polícia, que arrebanha centenas de pessoas nos cárceres, sob o pretexto de serem anarquistas ou conspiradores. (...) Mas não preciso lembrar a Vossa Excelência que ser anarquista não é crime algum, A República admite a máxima liberdade e pensamento¹⁷⁸".

A mesma República do conselheiro Rodrigues Alves decretara, como dito, estado de sítio, por ocasião da Revolta da Vacina, e sua polícia prendera muita gente que nada tivera com o fato (Bueno, 1997, p. 187).

Finaliza Lima Barreto:

"Vossa Excelência vem pela segunda vez presidir os destinos do Brasil; Vossa Excelência tem experiência e traquejo de governo; e não deve, creio eu, consentir que empane a longa vida pública de Vossa Excelência a repetição de cenas dantescas das deportações para os pantanais do Acre, os tormentos nas masmorras da Ilha das Cobras e de outros fatos assaz republicanos¹⁷⁹".

A crônica de Lima Barreto parece ter tido o efeito de uma praga em Rodrigues Alves. Ele não tomará posse em seu segundo mandato. Contrai a gripe espanhola e morre em 18 de janeiro de 1919 (Lessa, 2000, pp. 194-195).

Alves foi tema de outras crônicas de Lima Barreto. Em uma delas, o escritor dirá:

"A política resume-se num descarregar de atas falsas, na expressão de uma profissional ou numa discursaria vazia de inteligência¹⁸⁰".

Rodrigues Alves é o terceiro presidente civil a assumir o comando do país. Era o candidato da preferência de Campos

¹⁷⁸ Resende, Beatriz e Valença, Rachel. *Lima Barreto – toda crônica*, vol. II. RJ: 2004, p. 417.

¹⁷⁹ Idem, p. 418.

¹⁸⁰ Idem, p.62.

Sales, a quem sucederia. Sales, o criador da política dos governadores, cujo esteio foi a Comissão de Verificação dos Poderes, que *ungia* vencedor das eleições o candidato do gosto do presidente, apreciava muito o fato de o governador de São Paulo Rodrigues Alves apoiar incondicionalmente sua política (D'Ávila, 2006, pp. 130-132).

Em síntese, aquela que sacrificava a formação e a sobrevivência dos partidos, liquidando a validade do sistema eleitoral, a oposição e, de quebra, os fundamentos da democracia constitucional que a República, em tese, defendia e pretendia instituir. Diz-nos Felipe D'Ávila:

"Assim como Campos Sales, Rodrigues Alves acreditava que a eficácia da política oligárquica provara ser fundamental para a sobrevivência do regime republicano. As divergências políticas não seriam apaziguadas por meio de instituições, mas pela mão de ferro do presidente da República e pela aliança com o governo federal e com estados¹⁸¹".

Em outra crônica, publicada em 1922, Lima Barreto fará uma espécie de síntese de todos os presidentes que viu governar. De Delfim Moreira, por exemplo, dirá cruelmente que foi "um bom presidente porque não quis governar¹⁸²".

Nas crônicas que Lima Barreto escreve, encontramos as representações do Rio, cidade capital, seus políticos, sua política republicana local e nacional, sua cultura e seu povo.

Entre estes políticos, está Pinheiro Machado, que exerceu, até ser assassinado em 8 de setembro de 1915, grande poder na política republicana¹⁸³. Pinheiro Machado foi um dos políticos mais influentes do país (Bueno, 1997, p. 197). Com seu apoio,

¹⁸¹ D'Ávila. *Os Virtuosos – os estadistas que fundaram a República brasileira*. SP: Girafa, 2005, p. 131.'

¹⁸² Resende, Beatriz e Valença, Rachel. *Lima Barreto – toda crônica*, vol. II. RJ: 2004, p. 506.

foram eleitos Afonso Pena, Rodrigues Alves, Hermes da Fonseca, Venceslau Brás. Machado conseguira afastar da liderança do Senado Francisco Glicério e reinava sozinho na Casa. Mas quase foi linchado pela população, ao tentar impedir a posse de Nilo Peçanha ao governo do Rio, em 1915 (Idem, p. 197).

Em uma crônica feita por Lima, há um diálogo entre dois políticos, que dizem ser fraudulento o processo eleitoral, bastando ir ao Morro da Graça, bairro de Laranjeiras, onde morava Pinheiro Machado, para elegerem-se de fato (Carone, 1972, p. 197). A crônica mostra também o grau de poder de Pinheiro, pois um dos políticos ficará de quatro, como um súdito, para falar com sua majestade:

"- *Que eleitores! Pra quê? Eleitores são as assinaturas dos mesários e arranjei um espanhol que faz 'elas' tão bem como cada um deles.*

- *E o reconhecimento?*

- *É disso que vou tratar com o general. Vou lhe dizer que, se ele arranjar o meu reconhecimento, ponho até cabresto e barbicacho.*

- *Então vai ao Morro do Graça?*

- *Vou.*

- *A pé e subi-lo-á de joelhos?*

- *Não. 'Inté' o morro, vou de 'intumove', mas para a casa do 'home' subo de quatro*¹⁸⁴".

As crônicas de Lima lêem, interpretam e registram a vida dos moradores e da política da cidade. Encerradas em livros, são registros privilegiados de uma época em que os cronistas eram muitos, e muito crentes do progresso, ao contrário de Lima

¹⁸³ Wikipédia. *Pinheiro Machado*. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pinheiro_Machado. Acesso em: 23/fev/2007.

¹⁸⁴ Apud Resende, Beatriz e Valença, Rachel. *Lima Barreto – toda crônica*, volume 1. RJ: Agir, 2004 p. 185.

Barreto, que preferiu fazer crônica sobre o que não dava certo e o que não funcionava.

"Os jornais e revistas a que se destinarão as crônicas de Lima Barreto, escritas de 1917 a meados de 19 eram periódicos libertários, preocupados com a questão social e o agravamento da desigualdade nas cidades mais importantes do país, especialmente na capital federal¹⁸⁵".

Ao observarmos os fatos políticos tratados pelo cronista da política que foi Lima Barreto, por intermédio de suas crônicas, entendemos ser possível investigar a dimensão da memória política em um tempo rico para tessituras da política, como foi a República Velha. Utilizar como fonte de pesquisa um gênero da literatura, a crônica, e a crônica da política, feita por um escritor que se intitulava engajado em uma literatura militante (Barbosa, 1972, p. 25), aquela que trata sempre do homem, das manifestações culturais e sociais, da história que faz e da memória que deixa para seus descendentes, com o registro de um tipo especial de linguagem. Este sentido político-literário na obra de Lima Barreto possui uma razão de ser:

"Existe na obra de Lima Barreto um projeto político de nação, um projeto político de Brasil, ainda que incipiente, construído a partir das condições históricas a que esteve submetido, do contexto histórico em que viveu¹⁸⁶".

Projeto esse construído, sobretudo, pela linguagem e através da literatura para desenvolver e disseminar um processo de integração nacional, que fosse democrático, primando pela

¹⁸⁵ Idem, p. 14.

¹⁸⁶ Botelho, Denilson. *A pátria que quisera ter um mito*. RJ: Biblioteca carioca, 2001, p. 29.

justiça, a eficácia e a ética. Define muito bem esse projeto, essa missão, Nicolau Sevcenko:

"Sua missão era, pois, restaurar a solidariedade essencial ao nível da sociedade e das relações dessa com a natureza. Adotar uma forma política, transitória que fosse, apta para arregimentar a sociedade, restaurando as suas energias, aliviando-a das vicissitudes que a inibiam, a fim de capacitá-la para o futuro convívio da fraternidade universal. Essa forma política era o Estado-nação, entrevisto numa versão bastante atualizada e de forte colorido local: democrática, neoliberal e multiétnica¹⁸⁷".

A crônica política do escritor Lima Barreto, feita à luz de sua literatura militante e engajada, toma partido, emite opiniões porque seu autor considera necessário debater as e tratar das mazelas nacionais.

Nas crônicas do escritor, Beatriz Resende analisa que "temos registros da 'história dos vencidos', para usar a expressão de Walter Benjamin¹⁸⁸".

Capital do país desde 1763, o Rio de Janeiro ditava moda em todos os sentidos: era importante como centro político, administrativo, intelectual e econômico, era o modelo de desenvolvimento.¹⁸⁹ A cidade dos primeiros 20 anos da República Velha abrigava escravos libertos, estrangeiros, migrantes do resto do país, além de políticos, diplomatas, poetas, jornalistas, biscateiros, malandros. Espaço público plural e rico em temas para a escrita da crônica. Os intelectuais brasileiros emergem deste caldo como observadores privilegiados

¹⁸⁷ Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão*, p. 241.

¹⁸⁸ Resende, Beatriz e Valença. Rachel. *Lima Barreto – toda crônica*. Volume 1. RJ: Agir, 2004, p. 11.

¹⁸⁹ Google. *O Rio de Janeiro na República do Brasil*. Disponível em: <http://www.marcillio.com/rio/hirepubl.html>. Acesso em: 21/ago/2007.

e formadores de opinião, sobretudo os escritores, testemunhas privilegiadas de seu tempo (Resende, 1994, p. 33).

Cronistas como Olavo Bilac, Benjamim Constatat, Coelho Neto, entre outros, farão da crônica a ode ao progresso, à França civilizada e à Grécia dos clássicos. Lima Barreto vai preferir o embate político do avesso do regime. A República não correspondera aos sonhos dos primeiros republicanos, valores como cientificismo e racionalismo, encarnados em um regime de exceções e derrotados pela desencanto que deixara a Primeira Guerra. Onde estava o sonho de nação moderna, desenvolvida, que a República prometera realizar? (Silva, 2006, pp. 23-24).

Escreve Lima Barreto:

"Sou homem da cidade, nasci, criei-me e eduquei-me no Rio de Janeiro; e, nele, em que se encontra gente de todo o Brasil, vale a pena fazer um trabalho destes, em que se mostre que nossa cidade não é só a capital política do país, mas também espiritual, onde se vêm resumir todas as mágoas, todos os sonhos, todas as dores dos brasileiros¹⁹⁰".

Ao trabalharmos com crônica, gênero que transita entre o jornalismo e a literatura, consideramos que a literatura é um espaço político. A concepção de literatura para Lima Barreto, insista-se, é claramente engajada no humano e social, acreditando que a obra de arte, no caso a literária, possui uma especial serventia: a de engrandecer a humanidade. Escreve Eliane Vasconcelos:

"Tal maneira de Lima Barreto pensar a literatura está bem de acordo com sua prática literária, no conto, no romance e na crônica

¹⁹⁰ Barreto, Lima. *Coisas do Reino do Jambon*; SP: Brasiliense, 1956. p. 14.

(...). *Há claramente um sentido de participação social da literatura nos seus escritos*¹⁹¹".

Uma das dimensões da obra de Lima Barreto insere-se na sua narrativa do cotidiano, quando da confecção de suas crônicas. Lima Barreto consegue passar do raciocínio crítico à linguagem figurada, do raciocínio crítico à intuição criadora, num processo que Eliane Vasconcellos diz pertencer "às duas faces de uma mesma moeda"¹⁹²", pois toda obra de arte cria, ao mesmo tempo, outra realidade, preservando em si mesma estes duplos sentido e função. Quando Lima Barreto escreve suas crônicas, uma modalidade que carrega em si a rapidez da reportagem e o lirismo da literatura, Lima Barreto transita com desenvoltura por dois mundos: o da literatura e o do jornalismo, ou melhor dizendo, transita pelo mundo da crônica e o da reportagem.

Voltemos à escritora Eliane Vasconcellos:

"A obra de Lima Barreto – romances, contos, crônicas, crítica, diário, correspondência – (...) atrai o leitor mediano pela eficácia do consabido e do cotidiano, ou seja, pela ilusão de uma "realidade" copiada da vida real. O pacto com o leitor se torna efetivo. A ficção se quer crônica; e a crônica aspirar à ficção. Aí a realidade e a ficção perdem seus limites – elas se interpenetram e a linguagem da narrativa ganha suas franjas, de veludo e de algodão"¹⁹³".

E apesar de desancar os políticos e a política que faziam, é quase com a narrativa de veludo, algodão e franjas, que vai confessar sentir falta do Congresso, fechado pelo recesso parlamentar, com todos os seus senões. Lima parece uma criança sem seu pirulito:

¹⁹¹ Vasconcellos, Eliane. *Lima Barreto – Prosa Seleta*. RJ, Nova Aguilar, 2001.

¹⁹² Idem, p. 14.

¹⁹³ Vasconcellos, Eliane. *Lima Barreto – Prosa Seleta*. RJ, Nova Aguilar, 2001, p. 12.

"Todos nós falamos mal dos nossos senadores e deputados; todos nós os apelidamos mais ferozmente; mas quando o congresso fecha, há um vazio na nossa vida comum e nos enchemos de pavor. (...) É de encher de saudades o fechamento do Congresso. Que vai ser de nós? A que vão ficar reduzidas as três liberdades primordiais à nossa existência: a individual, a de pensamento e a de imprensa¹⁹⁴"?

A crônica data de 14 de janeiro de 1922. Lima Barreto está perto do fim, mas nos deixa um depoimento que ficará retido em nossa memória, pois apesar de todas as suas implicâncias, este cronista e jornalista político, este cronista da política republicana, com sua imensa paixão pela literatura, pelo Brasil e pelo semelhante, reconhece que:

"seja assim ou seja assado, custe caro ou custe barato, o certo é que o Congresso nos é útil e só sentimos sua utilidade quando ele se fecha¹⁹⁵".

¹⁹⁴ Barreto Lima. *O encerramento do Congresso*, p. 147.

CONCLUSÃO

Romancista e cronista da Primeira República, Afonso Henrique de Lima Barreto foi um dos mais importantes escritores de ficção brasileira, sendo o precursor do Movimento Modernista e do romance social. Seus escritos foram pouco valorizados em vida. Seu talento como escritor só é reconhecido de uns tempos para cá, quando vira tema de diversos estudos, nos mais diversos campos do conhecimento, em virtude de sua obra ser considerada fonte de informação, pesquisa e do que o próprio autor representou como intelectual, escritor, jornalista, negro, no contexto da República Velha.

Neste estudo que fizemos, tentamos desenvolver um trabalho ancorado na literatura feita por Lima Barreto, como meio de combate político, na sua literatura dita engajada, por intermédio de parte de suas crônicas de conteúdo político, e na superposição destes termos – política, literatura e crônica – tripé de conceitos que relacionamos à biografia do autor.

Em Lima Barreto, como comenta Maurício Silva, “é fácil perceber a acepção estritamente política que a literatura adquire e (...) a natureza partidária da literatura¹⁹⁶”.

Continua Silva:

“Lima Barreto defendia ardorosamente uma definição de literatura como fenômeno destinado à construção de uma sociedade mais justa (...) empenhada na consolidação de uma sociedade mais

¹⁹⁶ Silva, Maurício. *A Hélade e o subúrbio – Confrontos literários na Belle Époque Carioca*. SP, Edusp, 2006, p. 45.

*igualitária e humana, (...) uma literatura instrumento de modificação da sociedade*¹⁹⁷".

Uma literatura que promovesse a liberdade, a igualdade e a comunhão entre os homens de todas as raças e classes.

Igualdade e liberdade, princípios do liberalismo, doutrina que a República Velha (e também o Império) havia adotado "à brasileira", com o intuito de organizar o Estado brasileiro. Liberdade e direito à propriedade. Liberdade de ir, de vir. Com seu próprio corpo. Como dono dele. Ou de possuir sua propriedade. Liberdade, um direito político. Para quem? Para o escravo do Império, propriedade de seu muitas das vezes liberal senhor? Ou para o ex-escravo da República? Que, a bem da verdade, não era bem livre, pois vivia em meio a sucessivos estados de sítio e, na imensa maioria dos casos, sem exercer sua participação política efetiva, por lhe faltar a renda (o voto censitário), para votar?

Leiamos o que Lima Barreto escreve sobre o liberalismo "à brasileira" e sistema escravocrata, em uma de suas crônicas:

*"Quando se tratou aqui da abolição da escravatura negra, houve homens que por sua generosidade pessoal, pelo seu procedimento liberal, pelo conjunto de suas virtudes privadas e públicas e alguns mesmo pelo seu sangue, deviam ser abolicionistas; entretanto, eram escravocratas ou queriam a abolição com indenização. (...) É que eles se haviam convencido desde meninos, tinham como artigo de fé que a propriedade é inviolável e sagrada; e, desde que o escravo era uma propriedade..."*¹⁹⁸".

¹⁹⁷ Idem, p. 49.

¹⁹⁸ *Apud. Resende, Beatriz e Valença Raquel. Lima Barreto toda crônica. RJ: Agir, 2004, p. 337.*

A Primeira República já nasceu excludente e assim se manteve, mediante acordos entre proprietários rurais e, depois, entre seus filhos bacharéis, que ocupavam altos cargos na burocracia estatal. Comenta Lima em uma crônica:

"A república, trazendo à tona dos poderes públicos a borra do Brasil, transformou completamente os nossos costumes administrativos e todos os 'arrivistas' se fizeram políticos para enriquecer (...) A república no Brasil é o regime da corrupção¹⁹⁹".

Na República dos governadores de Campos Sales, por exemplo, sabe-se que a Comissão de Verificação dos Poderes, instrumento criado por Sales, só confirmaria o candidato que estivesse de acordo com as regras do jogo político do presidente paulista, fosse qual fosse o resultado do pleito. Caso houvesse discordância sobre quem votar entre os eleitores, os "Lucrécios Barbas de Bode" dariam nisso logo um jeito. Assim denominava Lima Barreto os cabos eleitorais truculentos da República Velha, que figuram entre seus escritos e circulavam pelos entes federativos da República dos Estados Unidos do Brasil. Eram cabos eleitorais, ou melhor, capangas. Sempre prontos a resolver qualquer contratempo na sala de votação, caso o eleitor não votasse no candidato do grupo político dominante. No sistema eleitoral republicano, parecia haver também "a complementação da renda" de alguns eleitores, com a chegada das eleições.

Conta Lima Barreto:

¹⁹⁹ Idem, p. 392.

"Aproximam-se as eleições para intendentess municipais, os candidatos chovem, os eleitores pululam. Uma dia desses assisti a uma interessante conversa:

- Sabes, disse um carteiro para outro colega, estou me habilitando a eleitor. Já juntei minhas nomeações de distribuidor, de servente, de carteiro, ao requerimento na junta eleitoral, mas falta-me a certidão de idade.

- Em quem tu vais votar?

- No doutor Jagodes.

- Ele quanto te dá?

- Ainda não falei a respeito, mas espero cem mil-réis.

(...) É um serviço colossal esse que as eleições prestam de aumentar os vencimentos de nossas classes menos abastadas²⁰⁰", ironizava Lima.

Era a República Federativa do Brasil, com seu sistema dito democrático (caro ao liberalismo) de governo, que constava de nossa primeira Constituição republicana, uma vez que determinava ser o regime representativo – aquele vigente sob a República.

Lei máxima em vigor a partir de 1891, a Constituição transformava as províncias em estados: entidades políticas de fato e de direito, estruturadas em unidades autônomas, com seu corpo, sua burocracia administrativa e seu aparato político local. Amparados todos, União e estados federativos na convivência harmônica da tripartição de poderes em Executivo,

²⁰⁰ Idem, p. 230.

Legislativo e Judiciário, cada um deles gozando de liberdade para agir, convivendo em harmonia.

Mas à letra da Lei Magna sobrepuseram-se estados de sítio, eleições fraudadas, interferências e ingerências do Executivo nos Poderes Legislativo e Judiciário, como exemplificado ao longo deste estudo. "A política resume-se num desencaroçar de atas falsas²⁰¹", denunciava Lima Barreto, em uma de suas crônicas.

Lima Barreto tratou deste cenário. Deste universo republicano que não ampliou a participação política da população. Do que a Primeira República afirmava ser. E não foi. Traçou profunda e alentada análise do espectro político de seu tempo e das idéias políticas do país, dos principais personagens que faziam política, durante a Primeira República, tendo como principal ponto de observação (e de interpretação) a capital: o centro do poder e de como este centro de poder irradiava-se para o restante da Federação.

Aponta, com deliberado sarcasmo, as ambigüidades do sistema e seus paradoxos. Seus escritos fornecem ao projeto de nação republicano que seguia excludente e elitista uma resposta firme e mal-criada. A resposta viria da literatura, estaria na literatura militante, do uso político que era preciso fazer dela e seria dada com a literatura, por intermédio da linguagem especial em que esta literatura é produzida.

Por isso, nossa escolha em aliar política e literatura neste estudo, pois Lima Barreto se vale desta, para apontar

²⁰¹ *Apud.* Resende, Beatriz e Valença Raquel. *Lima Barreto toda crônica*. RJ: Agir, 2004, p. 62

saídas aos fracassos daquela, daquele sistema político, no caso, aqui, a República Velha.

Da mesma forma, as crônicas do autor, nossa principal fonte neste estudo, representam um painel que descortina a Primeira República: a política de valorização do café, do imperialismo econômico que se reergueria no pós-Primeira Guerra, da vida política brasileira, do sistema político e da organização da sociedade.

Ao montar este rico e variado painel, com fortes tintas, Lima Barreto cruza a fronteira da caricatura, mas isto é também parte de seu projeto de reconstruir o ideário de nação mais igualitário. Com o riso, o deboche, a literatura militante, partidária e engajada, o bêbado e esbodegado Lima Barreto fabricou um bote salva-vidas para o povo náufrago da República Federativa do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AIEX, Anoar. *As idéias sócio-literárias de Lima Barreto*. SP: Vértice, 1990.
- ASSIS, Machado de. *Casa Velha*. SC: Grifos, 2000.
- BARBOSA, Francisco de Assis de. *Lima Barreto e a Reforma na Sociedade*. RJ: Pool Editorial S.A, 1987.
- _____. *A Vida de Lima Barreto*. RJ: Livraria José Olympio, 1952.
- _____. *Lima Barreto – Romance*. RJ: Agir, 1972.
- BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. SP: Ática, 2004.
- _____. *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá*. RJ: Edições de Ouro, 1980.
- _____. *Coisas do Reino de Jambon*. SP: Brasiliense, 1956.
- _____. *Contos e Novelas*. RJ: Garnier, 1990.
- _____. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. SP: Brasiliense, 1956.
- _____. *Diário Íntimo*. SP: Brasiliense, 1956.
- _____. *Impressões de Leitura*. SP: Brasiliense, 1956.
- _____. *Marginália*. SP: Brasiliense, 1956.
- BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. RJ: Jorge Zahar, 2000.
- BEIGUELMAN, Paula. *Por que Lima Barreto?*. SP: Brasiliense, 1981.
- BELLO, José Maria. *História da República*. SP: Cia Editora Nacional, 1972.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. SP: Cultrix, 1979.
- BOTELHO, Denílson. *A pátria que quisera ter um mito*. RJ: Biblioteca Carioca, 2001.
- BUENO, Eduardo et alli. *Enciclopédia Folha de São Paulo – História do Brasil*. SP: Publifolha e Zero Hora, 1997.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*, SP: Cia Editora Nacional, 1980.
- _____. *Formação da Literatura Brasileira – volume I*. BH: Itatiaia, 1981.
- _____. *Vários Escritos*. SP: Ouro sobre azul, 2004.
- CARONE, Edgard. *A República Velha – Instituições e Classes Sociais*. SP: Difusão Européia do Livro, 1974.
- _____. *A República Velha – Evolução Política*. SP: Difusão Européia do Livro, 1874.
- CARVALHO, André e MARTINS, Sebastião. *República, abraça esta idéia*. MG, Editora Lê, 1999.

- CARVALHO, Delgado. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. RJ: Biblioteca Carioca, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. SP: Cia da Letras, 2005.
- _____. *Cidadania no Brasil – O longo caminho*. RJ: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. *A Formação das Almas – O imaginário da República no Brasil*. SP: Cia das Letras, 2005.
- CARVALHO, Maria Alice Resende de. *Quatro Vezes Cidade*. RJ: Sette Letras, 1994.
- CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoque 1808 – 1964) – A História contada por jornais e jornalistas – Volume I*. RJ: Record, 2001.
- COSTA, Ângela Marques da et SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Virando séculos – 1890 – 1914 – No tempo das certezas*. SP: Schwarcz, 2000.
- CURY, Maria Zilda Ferreira. *Um mulato no Reino do Jambon – as classes sociais na obra de Lima Barreto*. SP: Cortez, 1981.
- D´AVILA, Luiz Felipe. *Os virtuosos – Os estadistas que fundaram a República*. SP: Girafa, 2005.
- DENIS, Benoit. *Literatura e engajamento – de Pascal a Sartre*. SP: Edusc, 2002.
- EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade*. RJ: FGV, 2000.
- FACINA, Adriana. *Literatura e Sociedade*. RJ: Jorge Zahar, 2004.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Volume 2. SP: Globo, 1975.
- FERREIRA, Marieta de Moraes et alli. *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. RJ: FGV, 2000.
- _____. *Crônica Política do Rio de Janeiro*. RJ: FGV, 1998.
- FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. RJ: Tempo Brasileiro, 1995.
- FORTES, Luiz Salinas. *O Iluminismo e os reis filósofos*. SP: Brasiliense, 2004.
- FREIRE, Zélia Nolasco. *Lima Barreto: imagem e linguagem*. SP: AnnaBlume, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. RJ: FGV, 1999.
- _____ e Kornis, Mônica Almeida. *Com a História no bolso: a moeda e a República no Brasil*. Disponível em www.cpdoc.fgv.br. Acesso em 20/ago/2007.

- GOMES, Flávio. *Negros e política*. RJ: Jorge Zahar, 2005.
- GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. SP: Brasiliense, 1982.
- HELIODORA, Bárbara. *O homem político em Shakespeare*. RJ: Agir, 2005.
- LAJOLO, Marisa. *O que é literatura?* SP: Brasiliense, 1982.
- LASINHA, Luis Carlos. *A Colombo na vida do Rio*. RJ: Olímpica, 1970.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. SP: Centauro, 2001.
- LEITÃO, Luiz Ricardo. *Lima Barreto, o rebelde imprescindível*. SP: Expressão popular, 2006.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis [uma reflexão sobre auto-estima]*. RJ: Record, 2000.
- LESSA, Renato. *A invenção Republicana – Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. SP: Vértice, 1988.
- LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço Romanesco*. SP: Ática, 1976.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto: um pensador social na Primeira República*. Goiás: UFG, 2002.
- MARINS, Álvaro. *Machado de Assis e Lima Barreto – Da Ironia à Sátira*. RJ: Utópos, 2004.
- MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. SP: Cultrix, 1992.
- _____. *Dicionário de Termos Literários*. SP: Cultrix, 1978.
- MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvia Romero: dilemas e combates no Brasil na virada do século XX*. RJ: FGV, 2000.
- MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- _____. *Rio, cidade capital*. RJ: Jorge Zahar, 2004.
- _____ et alli. *A política carioca em quatro tempos*. RJ: FGV, 2004.
- NEVES, Lucia et alli. *História e Imprensa – Representações culturais e práticas de poder*. RJ: DPA, 2006.
- NEVES, Margarida de Souza de. *Uma escrita no tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas*. SP: Unicamp, 1992.
- NOVAES, Adauto et alli. *A Crise do Estado Nação*. RJ: Civilização Brasileira., 2003.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. SP: Brasiliense, 1990.
- PALMA, Carmem Silvia et alli. *A Crônica, o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. SP: Unicamp, 1992.
- PORTELLA, Eduardo. *Teoria Literária*. RJ: Tempo Brasileiro, 1979.
- PRADO, Antônio Arnoni. *Lima Barreto: Literatura Comentada*. SP: Abril, 1980.
- PREGO, Omar. *O fascínio das palavras: entrevistas com Julio Cortazar*. RJ: José Olympio, 1991.
- RESENDE Beatriz et alli. *Cronistas do Rio*. RJ: José Olympio, 1995.
- RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. RJ: UFRJ, 1993.
- _____ e Rachel Valença. *Lima Barreto – Toda Crônica*. Volume I. RJ: Agir, 2004.
- _____. *Lima Barreto – Toda Crônica*. Volume II. RJ: Agir, 2004.
- ROCHA, Oswaldo Porto e CARVALHO, Lia de Aquino. *A era das demolições e habitações populares*. RJ: Biblioteca Carioca, 1995.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *João do Rio – a cidade e o poeta*. RJ: FGV, 2000.
- SALDANHA, Nelson. *O pensamento político no Brasil*. RJ: Forense, 1978.
- SANDRONI, Laura e TRAVANCAS Isabel. *Lima Barreto: novas seletas*. RJ: Nova Fronteira, 2004.
- SANT'ANNA. Cristina Nunes de. *Lima Barreto: um marginal no Reino do Jambon* (monografia). Rio de Janeiro, 1994.
- SANTIAGO, Silviano. *Vale quanto pesa*. RJ: Paz e Terra, 1982.
- SANTOS, Carlos Marques et alli. *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. Volume I. RJ: RioArte, 1981.
- SARTRE, Jean-Paul. *O que é literatura?* SP: Ática, 1994.
- SCHWARZ. Roberto. *Cultura e Política*. SP: Paz e Terra, 2005.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. SP: Brasiliense, 1999.
- SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. RJ: Paz e Terra, 1988.

_____. *Preto no branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. RJ: Paz e Terra, 1989.

SILVA, Maurício. *A Hélade e o subúrbio – Confrontos literários na Belle Époque carioca*. SP: Edusp, 2006.

SILVA, Vitor Manuel de. *Teoria da Literatura*. Coimbra. Almedina, 1979, p.138.

SODRÉ, Muniz. *Semiologia e Literatura*. RJ. Tempo Brasileiro, 1979, p. 162.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira – Seus fundamentos econômicos*. RJ: Civilização Brasileira, 1976.

TOURRAINE, Alain. *O que é Democracia?*. RJ: Vozes, 2000.

VASCONCELLOS, Eliane. *Entre a agulha e a caneta: a mulher na obra de Lima Barreto*. RJ: Lacerda Editora, 1999.

_____. *Lima Barreto – Prosa Seleta*. RJ: Aguilar, 2001.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. *As tradições populares na Belle Époque Carioca*. RJ: Funarte, 1988.

VERRÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. RJ, Topbooks, 7ª edição, 1998.

WELLEK, René e WAREN, Austin. *Teoria da Literatura*. Portugal: Publicações Europa América, s/d.

WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. RJ: Bertrand Brasil, 2000.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)